Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos das aplicações em títulos públicos e operações compromissadas, no tocante à existência, mensuração, e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Fundo é responsável por essas outras informações que compreendem o demonstrativo das evoluções do valor da cota e patrimônio líquido médio.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o demonstrativo das evoluções do valor da cota e patrimônio líquido médio, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse demonstrativo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o demonstrativo das evoluções do valor da cota e patrimônio líquido médio e, ao fazê-lo, considerar se esse demonstrativo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no demonstrativo das evoluções do valor da cota e patrimônio líquido médio, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração do Fundo pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela Instrução nº 555/14 da CVM e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável, dentro das prerrogativas previstas na Instrução nº 555/14 da CVM, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da administradora do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo-SP, 18 de fevereiro de 2020.
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

RODRIGO CRUZ BASSI
Contador CRC 1SP261156/O-7

O SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO APRESENTA SEU RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2019, COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS E DESTAQUES DO ANO NAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DA EMPRESA.

Mensagem dos Administradores

O Serpro encerrou o exercício de 2019 com lucro líquido de R$ 486,8 milhões, superando em quase 6% o resultado obtido em 2018. Esse resultado demonstra que a empresa se manteve sustentável e prestando serviços relevantes para o Estado e a sociedade brasileira.

Em 2019, comemoramos a entrega de serviços estruturantes nas áreas de comércio exterior, compras públicas, gestão dos recursos federais, entre outras. Ao mesmo tempo, a transformação digital do governo pautou as ações da empresa, trazendo benefícios diretos ao cidadão. Mais de 100 serviços foram digitalizados.

Hoje, são mais de 5 milhões de Carteiras Nacionais de Habilitação (CNHs) digitais emitidas. O gov.br – maior portal de governo do mundo – é a porta de entrada para os mais de 1,5 mil serviços digitais. A emissão de papéis na Bolsa de Valores para fomentar a produção de biocombustíveis no país tornou-se uma realidade. Todas essas ações, entre muitas outras, levam a marca Serpro.

Numa outra iniciativa, o Serpro ofereceu ao mercado mais de uma dezena de novos produtos, serviços e consultas para melhorar o ambiente de negócios, tornando-o mais digital, mais seguro e com informações fidedignas, desburocratizando processos e agilizando resultados. É o Serpro cumprindo sua missão de conectar Estado e sociedade. A carteira de mercado privado teve um salto em 80% no número de clientes e registrou o maior percentual de representatividade de contratos não Orçamento Geral da União (OGU) sobre o faturamento.

O Serpro também empreendeu e avançou em sua gestão em 2019. Digitalizou processos finalísticos, implementou novas estruturas organizacionais, reorganizou seus métodos de trabalho no desenvolvimento, na operação, na governança e na gestão de pessoas. Conquistas que habilitam a empresa para um maior crescimento e para alcançar o nosso propósito de transformação: evoluir de uma empresa de processamento de dados para uma empresa de inteligência aplicada em plataformas e soluções digitais.

Apresentação

O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, empresa pública vinculada ao Ministério da Economia, completou 55 anos de sua fundação em 2019. A empresa atua transversalmente na administração pública e no setor privado. Os aplicativos do Serpro tiveram mais de 100 bilhões de transações no exercício, combinando Inteligência Digital, Desenvolvimento de Aplicativos e Processamento de Dados para tratar todas as informações relativas às:

- Declarações de Imposto de Renda
- Notas Fiscais Eletrônicas
- Transações de Importação e Exportação
- Cadastros CPF e CNPJ
- Emissões de Passaportes
- Emissões de CNH, registros de Veículos e Infrações de Trânsito
- Aberturas de empresas do país
- Contabilidade Financeira Pública do Âmbito Federal
- Patrimônio do Tesouro Federal e
- Gestão Portuária.

Nossa missão

Conectar Estado e sociedade com soluções digitais inovadoras.

Nossa visão

Ser reconhecida como a empresa que viabiliza o governo digital.

Nossos valores

- Segurança com soluções íntegras e confiáveis
- Excelência em soluções digitais
- Responsabilidade, ética e integridade com os dados da sociedade
- Proatividade na proposição de soluções
- Responsividade nas entregas com agilidade
- Orgulho de viabilizar uma sociedade digital

1. Estratégia Empresarial

O Serpro, ao longo dos seus 55 anos, posicionou-se como empresa de processamento de dados voltada principalmente para o setor público.

A partir da constatação pela administração da premência da transformação da empresa para melhor posicioná-la em um mercado de TI contemporâneo e altamente disruptivo, e para assegurar a sua relevância nos segmentos onde atua, a administração implementou mudanças significativas na estratégia empresarial do Serpro, direcionando-o para uma atuação voltada para o mercado e para os negócios, inserindo-o no contexto de uma empresa de inteligência aplicada em plataformas e para soluções digitais, aumentando seu valor para o acionista, para os cidadãos brasileiros e, consequentemente, para os seus empregados.

Inicialmente, a administração adaptou o Planejamento Estratégico de 2019 aos novos direcionadores, por meio da redefinição de seus objetivos e metas, pela maior integração entre a alta administração e as áreas de negócio e pela intensa participação dos empregados, desde a elaboração de estudos realizados pela rede interna de especialistas do Serpro (Rede de Inteligência), passando pela adoção de técnicas de gamificação, até o seu completo engajamento para a concretização do Plano Estratégico, materializado pela implementação de Key Performance Indicators (KPI) para todos os empregados do quadro interno.

Nesse sentido, além da continuidade do processo de atomização de metas, por meio do desdobramento do Plano Estratégico para as unidades gestoras, houve o aumento do engajamento das equipes e foi possível implementar um Programa de Participação nos Lucros e Resultados para os empregados, em todos os níveis.

Paralelamente à execução desse ciclo, a administração elaborou um novo Planejamento Estratégico, de longo prazo, para o ciclo 2020-2024, com o propósito transformacional de evoluir de uma empresa de processamento de dados para uma empresa de inteligência aplicada em plataformas e soluções digitais.

O novo planejamento contém cinco Objetivos Estratégicos:

1.1 Fortalecer a marca Serpro:

- Promover Transformações Digitais
- Ser referência em LGPD
- Oferecer serviços adequados aos clientes e cidadãos
- Primar pela responsabilidade social
- Alcançar a satisfação dos clientes

1.2 Garantir a sustentabilidade econômico-financeira

- Aumentar o faturamento
- Reduzir custos e despesas
- Avaliar a reorganização empresarial

1.3 Diversificar a carteira de clientes

- Ampliar mercado não OGU (Orçamento Geral da União)
- Alcançar novos clientes no mercado OGU
- Conquistar contratos internacionais

1.4 Ampliar a oferta de novos produtos e serviços

- Investir em parcerias para criar novas soluções
- Criar soluções com tecnologias digitais avançadas
- Disponibilizar Plataformas inteligentes e inovadoras

1.5 Aprimorar a eficiência operacional

- Fortalecer a gestão de pessoas
- Investir nas pessoas

- Desburocratizar e simplificar a empresa
- Aprimorar e otimizar processos

Esses objetivos contemplam cenários macroeconômicos onde há uma forte tendência de redução orçamentária, com grande impacto nos clientes dependentes do Orçamento Geral da União.

2. Desempenho Empresarial – Ciclo 2019

O desempenho da gestão foi medido a partir das metas traçadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Plano Estratégico de 2019 definiu treze Objetivos Estratégicos distribuídos em quatro dimensões: (i) econômico-financeira; (ii) clientes; (iii) processos e tecnologia; e (iv) pessoas, sustentabilidade e responsabilidade social.

A seguir são apresentados o desempenho empresarial e as informações referentes aos resultados obtidos nas quatro dimensões do Planejamento Estratégico.

2.1 Dimensão Econômico-Financeira

O Serpro superou a meta de sustentabilidade empresarial por meio do aumento de receitas e da redução de custos. A Receita Bruta aumentou cerca de R$ 125 milhões em relação ao ano de 2018 e a realização de custos e despesas ficou R$ 83 milhões abaixo do valor estimado para o exercício. Isso resultou em um EBITDA Ajustado de 24,6%, acima da meta (17,9%), e na melhora do índice de liquidez corrente para 2,0, superando a meta (1,4).

O aumento da liquidez da empresa foi fundamental para sua sustentabilidade de longo prazo, considerando o cenário redução de despesas da administração pública federal e o valor ainda elevado dos custos e despesas com pessoal, da ordem de R$ 1,7 bilhão anuais.

O lucro líquido, de R$ 486 milhões em 2019, superou em 5,9% o resultado de 2018, impactado pelo registro de despesas não recorrentes derivadas do recálculo das provisões para contingências judiciais, majoritariamente compostas pelo passivo futuro estimado decorrente de ações judiciais trabalhistas de empregados inativos e também de empregados ativos.

Importante ressaltar que houve um aumento de 35% nas receitas obtidas com a prestação de serviços ao setor privado, o que contribuiu para o alcance do lucro do exercício. O Resultado Financeiro de 2019 pode ser assim resumido:

<table>
<tr><td colspan="4">R$ 3,4 bi
RECEITA BRUTA</td></tr>
<tr><td colspan="2">R$ 3,0 bi
OGU
(Orçamento Geral da União)</td><td colspan="2">R$ 430 mi
NÃO OGU
(Não vinculado OGU)</td></tr>
<tr><td>R$ 2,8 bi
Receita Líquida</td><td>R$ 705 mi
EBITDA Ajustado</td><td>R$ 118 mi
Investimento</td><td>14,29%
ROI</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="2">R$ 487 mi
Lucro Líquido Total</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="2">R$ 124 mi*
Lucro Líquido OGU
4% MB</td></tr>
</table>

* Estimativa elaborada pela administração a partir da premissa de que os custos de depreciação e amortização, e os custos de operação e manutenção estão alocados aos serviços sob demanda e de processamento de dados, portanto os custos alocáveis aos clientes do setor privado são marginais.

2.1.1 Desempenho Econômico-Financeiro

A atividade econômica do Brasil, em 2019, demonstra continuidade do processo de recuperação, ainda que de forma incipiente, ao considerarmos a evolução dos principais indicadores macroeconômicos.

A inflação manteve-se controlada (4,3%), situando-se dentro dos limites estabelecidos pelo Comitê de Política Monetária. A taxa de desemprego ainda apresenta nível elevado, entretanto, com leve queda, situando-se na faixa de 11%. Cabe destacar que esta é a menor taxa desde o trimestre encerrado em março de 2016, o que evidencia sinais de recuperação da economia nos seus setores mais sensíveis, um deles a criação de novos empregos. Em se tratando do PIB, a expectativa do Banco Central é que a economia apresente crescimento em torno de 1%, confirmando o início de um ciclo de recuperação.

Com relação ao cenário fiscal, o ano de 2019 foi marcado positivamente pela aprovação de reformas estruturantes que são determinantes para a contenção da crise fiscal apresentada no país nos últimos anos. Destaca-se a aprovação da reforma da previdência, fundamental para subsidiar o controle do gasto público, diminuindo o ritmo de crescimento dos gastos obrigatórios do governo e, consequentemente, reduzindo o grau de endividamento do País. Entretanto, como esta medida não proporciona efeito imediato, ainda persistem dificuldades no campo fiscal. O déficit primário, embora menor que meta fiscal de R$ 139 bilhões, fixada para o ano de 2019, situou-se na faixa de R$ 95 bilhões, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional.

A conjuntura observada no campo fiscal afeta consideravelmente o Serpro, cujos principais clientes dependem do Orçamento Geral da União (OGU). Assim, o Serpro tem adotado a estratégia empresarial voltada à diversificação da carteira e à geração de novos negócios, com foco na expansão de suas receitas no mercado privado, o qual evoluiu 35% quando comparado ao ano anterior, e já representa cerca de 10% da Receita Bruta total de serviços. Esse fato, somado às ações de contenção de custos e despesas, foi determinante para o resultado empresarial alcançado no exercício de 2019.

O comparativo do resultado econômico-financeiro de 2019 está demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Comparativo econômico-financeiro

DISCRIMINAÇÃO	2018	2019
Resultado	R$ milhões	R$ milhões
Receita Líquida *	2.746,9	2.859,1
Gasto Total	2.109,2	2.377,1
Resultado Líquido	459,7	486,9
Valores Patrimoniais	R$ milhões	R$ milhões
Imobilizado e Intangível	554,1	540,7
Patrimônio Líquido	978,5	987,3
Principais Indicadores		
Liquidez Corrente (em índice)	1,5	2,0
Liquidez Imediata (em índice)	0,6	1,1
Margem Líquida (%)	16,9	17,0
EBITDA Ajustado (em milhões)	693,0	704,6
Margem EBITDA Ajustada (%) **	25,5	24,6
Investimento sobre a Receita Líquida (%)	4,6	4,2
Retorno sobre os Investimentos (%)	18,5	14,3

* A variação no valor da receita líquida, aumentando o montante de R$ 2.715,7 para R$ 2.746,9 no exercício de 2018, decorre da reclassificação das medidas compensatórias anteriormente classificada como dedução da receita. Isso promoveu um fato permutativo entre as contas, saindo de dedução de receita para despesa financeira, sem causar impacto no resultado do exercício. Com essa mudança de classificação, em 2019, faz-se necessário retroagir a 2018, pelo princípio da comparabilidade

**Considera o somatório entre Custo do Serviço Prestado e Despesas.

*** Há uma diferença entre os valores evidenciados como Margem EBITDA aqui retratado e os valores publicados em 2018. Em 2019, a divulgação é do EBITDA Ajustado, que desconsidera o efeito de eventos de natureza não recorrente e provisão com contingências. A metodologia foi aplicada de forma retroativa em 2018 em virtude do princípio da comparabilidade.

O resultado econômico-financeiro de 2019 foi construído com incremento 5,3% na Receita Operacional Líquida, reflexo da conjunção de fatores como diversificação do portfólio de serviços e da ampliação da carteira de clientes (Uber, XP Investimentos, FEBRABAN, Banco 6C, Buonny, Utax, Continental Placas), assim como do aumento do volume de serviços para clientes como a Receita Federal do Brasil, Ministério da Economia, Caixa Econômica Federal, Ministério da Infraestrutura, dentre outros.

Em contraposição houve aumento das despesas não recorrentes. Esse acréscimo se deve, principalmente aos seguintes fatos:

i. aumento da provisão para contingências trabalhistas em função da revisão dos valores das ações judiciais, impactando negativamente o resultado em R$ 183,4 milhões;

ii. em relação a outras receitas/despesas, o impacto negativo foi de R$ 47,4 milhões, fato gerado pela constituição de novas provisões com gastos de pessoal; e

iii. quanto à evolução do resultado com créditos a receber, também verificou-se crescimento, impactando negativamente o resultado em R$ 45,3 milhões quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, em razão do aumento da inadimplência observado ao longo do exercício. Trata-se de faturas vencidas há mais de 365 dias reconhecidas como Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

A variação do Patrimônio Líquido (PL), deve-se, em grande parte, ao resultado líquido apurado no exercício de 2019, que foi suficiente para absorver o impacto de provisão atuarial do fundo de pensão SERPROS e do plano de assistência à saúde PAS/SERPRO (que foram reconhecidos em outros resultados abrangentes) e aumentar o PL em R$ 9 milhões.

Em termos financeiros, o índice de liquidez corrente alcançou o patamar de 2,0. Isso significa que as disponibilidades de recursos a curto prazo tornaram-se mais do que suficientes para cobrir as obrigações do mesmo período. Essa melhoria de liquidez deveu-se ao acréscimo da média das disponibilidades mensais de caixa, com aumento de 7% nas entradas gerais, que proporcionou crescimento do ativo circulante, especialmente na conta caixa e equivalente de caixa. Verificou-se a mesma progressão no que se refere à liquidez de curtíssimo prazo, tendo em vista que a liquidez imediata chegou a 1,1 em 2019, em contraposição aos 0,6 do final do exercício 2018.

No que se refere à riqueza gerada por empregado, esta passou de R$ 462,2 mil em 2018 para R$ 487,5 mil em 2019.

O desempenho da margem EBITDA Ajustado de 24,6% permaneceu estável em relação ao exercício anterior (25,5%). A receita líquida apresentou ritmo de crescimento superior ao observado no EBITDA. Enquanto o EBITDA evoluiu cerca de R$ 12 milhões a Receita aumentou em R$ 143 milhões, o que resulta em leve queda ao se tratar de margem. Vale destacar que o EBITDA Ajustado é mais utilizado para a gestão e a avaliação de desempenho, tendo em vista que desconsidera o efeito de itens que possuem natureza não recorrente.

Quanto à rentabilidade, obteve-se margem líquida de 17%, resultado associado ao acréscimo de 5,9% do lucro líquido e de 4,1% da receita líquida, proporcionando rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 49,5% e retorno sobre os investimentos de 14,3%.

2.2 Dimensão Clientes

A implementação do objetivo estratégico de diversificação da carteira de clientes continua contribuindo para os resultados positivos do faturamento. Em 2017, a representatividade de clientes não dependentes do Orçamento Geral da União (OGU) foi de 7,7%*, enquanto que, em 2019, evoluiu para aproximadamente 12% do faturamento total. Ainda, na dimensão clientes, o Serpro digitalizou cerca de 100 serviços públicos e demonstrou sucesso nos esforços para facilitar a vida do cidadão com soluções tecnológicas. Os resultados e as entregas do exercício estão resumidas no item 3. Inovação.

O Serpro consolidou a sua atuação no setor privado, fornecendo 10 novas soluções inovadoras, aumentando a sua base de clientes em 80%. Também foi concluída a estruturação do primeiro serviço voltado a clientes internacionais.

Os resultados alcançados aumentaram o valor da empresa, além de contribuir para a sustentabilidade econômico-financeira de longo prazo, considerado o cenário macroeconômico mais restritivo quanto às despesas governamentais com TI.

* Percentual retificado em relação ao Relatório da Administração de 2018.

2.2.1 Desempenho por linhas de negócios

As linhas de negócio são uma segmentação dos serviços com características similares, visando facilitar a gestão e a atuação comercial. O Serpro segmenta suas soluções em três linhas de negócio: Serviços sob Medida, Serviços de Informação e Serviços em Nuvem.

Em termos de faturamento, considerando essas três linhas de negócio, em 2019 o Serpro faturou R$ 3,4 bilhões* representando um crescimento de 3,9% em relação ao exercício de 2018.

A linha Serviços de Informação faturou R$ 243 milhões, representando um incremento de 57,1% em relação ao ano de 2018. Os Serviços em Nuvem, alcançaram a marca de R$ 155,5 milhões, o que representa 7,5% a mais que em 2018. Já a linha Serviços sob Medida faturou cerca de R$ 3 bilhões, superando em 1% o exercício anterior.

Comparativamente ao ano de 2018, a receita bruta de serviço apresentou evolução em todas as esferas. A receita de clientes dependentes do OGU aumentou 1%, enquanto a receita de clientes públicos não dependentes cresceu 33% e o mercado privado obteve expansão de 35%.

** Essa informação não considera os serviços a faturar com efeito do CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

2.3 Dimensão Processos e Tecnologia

O Serpro, para aprimorar sua eficiência operacional, digitalizou 31 serviços de sua cadeia de valor e estruturou sua capacidade de uso de tecnologias e plataformas habilitadoras por meio da entrega de 154 soluções. Além disso, se posiciona como referência no tema Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ao figurar na primeira página do Google em quatro termos referentes ao tema.

A atuação integrada da Diretoria de Administração e da Diretoria de Operações focou na redução de custos sem comprometer a qualidade dos serviços por meio da (i) renegociação de preços dos contratos de prestação de serviços terceirizados, buscando inovações, modernizações e reduções de mão de obra dedicada; (ii) melhoria da eficiência da ocupação predial com a implementação de projetos de compartilhamento de espaços físicos com a Dataprev; (iii) redução de despesas com locação na Regional Florianópolis e em alguns escritórios; e (iv) disponibilização para venda de imóveis sem finalidade estratégica.

2.4 Dimensão Pessoas, Sustentabilidade e Responsabilidade Social

O Serpro alcançou resultados positivos no desenvolvimento de competências técnicas, de gestão e de liderança dos empregados.

Nesse sentido, foram realizadas capacitações em temas relevantes como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Transformação Digital e Novas Tecnologias, bem como a capacitação em temas decorrentes das pesquisas de liderança, de gestão empresarial e de tecnologia. A meta (70%) foi superada, alcançando 91% dos empregados pertencentes ao público-alvo. Além das principais ações de educação corporativa destacadas, o Serpro foi responsável pela capacitação de 2.913 cidadãos em 53 cursos disponibilizados na Escola Conecta.

No que se refere ao perfil profissional, o Serpro encerrou o exercício de 2019 com 9.030 empregados (9.254 em 2018), a maioria ocupando o cargo de Analista, com nível superior completo. Dos 6.808 empregados integrantes do quadro interno, cerca de 81% estavam lotados nas áreas voltadas à atividade-fim da empresa e 19% em atividades-meio.

Em 2019 o Serpro investiu no aperfeiçoamento dos seus processos internos por meio da transformação digital, em especial aqueles relacionados à gestão de pessoas, resultando em maior eficiência e economia, destacando-se: (i) a transformação da assinatura da Folha de Ponto para assinatura digital, com menos 8.000 impressões/mês; (ii) a disponibilização do aplicativo do Plano de Saúde - PAS/Serpro, facilitando o acesso à carteirinha, a rede de atendimento, aos formulários e às notícias; (iii) Carteira de Trabalho e Previdência Social Digital (CTPS), eliminação da CTPS física dos processos internos; (iv) notificação digital de férias, menos 1.000 impressões/mês; (v) notificação do cronograma da folha de pagamento de forma automática; (vi) atendimentos via sistema GOVI (Intra e Internet), mais de 16.000 atendimentos com satisfação 98%; (vii) implantação do Sistema para Saúde Ocupacional com prontuários eletrônicos, periódicos e outras funcionalidades; (viii) preparação para saída do SIGEPE objetivando um cronograma mais flexível da folha de pagamento; e (viii) disponibilização de aplicativo de mensagens (whatsapp) para facilitar a interação.

No que se refere às ações de responsabilidade social, ambiental e de qualidade de vida no trabalho, foram implantadas cinco ações, que impactaram tanto os empregados como a sociedade. São elas: (i) campanhas de sustentabilidade; (ii) Projeto Menina de TI; (iii) ações educacionais de responsabilidade social e equidade; (iv) programa de preparação para o amanhã; e (v) turmas de multiplicadores do projeto "construindo o futuro em TI". Destaca-se, ainda, que diversas dessas ações foram realizadas de forma aderente aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas*.

* Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados em 2015, a partir da reunião de chefes de Estado e de Governo na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Foi uma decisão histórica dos países-membros da ONU para unir forças em prol de uma Agenda Mundial de Desenvolvimento Sustentável, que deve ser cumprida até o ano de 2030

3. Inovação

Líder no mercado de TI para o setor público, o Serpro reafirmou seus compromissos de contribuir para a transformação digital da sociedade, reduzir a burocracia por meio da aproximação entre o governo e sociedade e diminuir as fronteiras entre as várias instituições públicas, de forma segura, confiável, inovadora, ágil e eficiente.

Em 2019, o Serpro se reestruturou para participar ativamente da missão de "transformação do governo pelo digital, promovendo a efetividade das políticas e a qualidade dos serviços", por meio da criação um ambiente ágil, com uma estrutura de negócio, desenvolvimento e arquiteturas de produção totalmente dedicados e buscando celeridade nas entregas ao Governo e à Sociedade.

Dentre os serviços digitais desenvolvidos pelo Serpro, destaca-se o lançamento do login único para acesso aos serviços públicos pelo Portal gov.br, que tem por objetivo centralizar 100% dos serviços públicos federais em um único ambiente on-line.

O portal disponibiliza mais de 3 mil serviços e, simultaneamente à migração de vários outros serviços para a plataforma, o governo federal e parceiros buscam também novas ideias e ferramentas para aprimorar o portal para o cidadão brasileiro. O governo pretende economizar cerca de R$ 7 bilhões por ano com o processo de transformação digital dos serviços públicos. Dentre as principais entregas realizadas, destacam-se:

i. expansão da infraestrutura para atender a mais de 53,7 milhões de cidadãos, 500 serviços digitais e 240 soluções;

ii. qualificação de contas a partir de validação de canais de telefone e e-mail do cidadão;

iii. integração com sistemas do INSS, Denatran, FIES, DATASUS, Banco do Brasil, Sinesp Cidadão, dentre outros;

iv. migração dos portais institucionais dos ministérios, incluindo a ControladoriaGeral da União, da Casa Civil, da Secretaria-Geral, da Secretaria de Governo, da Gabinete de Segurança Institucional, da Advocacia-Geral da União, do Banco Central do Brasil e do Planalto.

Sem perder de vista esses compromissos, o Serpro também aumentou seus investimentos em Inovação Tecnológica e em Pesquisa e Desenvolvimento voltados à modernização e à transformação do Estado. Foram investidos mais de R$ 10 milhões em inovação, provendo maior capacidade para o desenvolvimento de soluções para o melhor atendimento aos cidadãos e para a administração pública.

O Serpro consolidou-se como o principal prestador de serviços em TI para o Governo e como importante player de mercado, a partir das entregas de soluções de alto valor agregado para mais de 6 mil clientes de diversos segmentos de mercado.

As soluções desenvolvidas pelo Serpro são segmentadas e estruturadas por público – empresas, governo e cidadão – e por linhas de negócio, conforme descrito a seguir.

3.1 Soluções por público

Alinhada à missão e ao compromisso de desenvolver soluções digitais para melhorar a gestão do Estado e a vida dos cidadãos, bem como manter sua sustentabilidade econômico-financeira, a empresa foca em ações para atender a múltiplos setores do governo e da sociedade e, ao mesmo tempo, ampliar sua atuação no mercado, atendendo a três públicos: empresas, governo e cidadão.

3.1.1 Para o Governo

Há mais de meio século o Serpro provê serviços e sistemas para modernizar a administração pública. São sistemas estratégicos que suportam ações estruturantes do Governo e que são reconhecidos pela sociedade. Segurança e confiabilidade são características das tecnologias que levam a marca Serpro como Certificação Digital, Infovia, Margem Consignável, Radar, SNE e tantas outras.

3.1.2 Para empresas

O Serpro também desenvolve serviços de excelência para o mercado privado como NeoID, Datavalid, Certificação Digital e outros.

3.1.3 Para o cidadão

Para o cidadão são desenvolvidas soluções que facilitam o seu cotidiano, como a Carteira Digital de Trânsito, NeoID, ProID, Certificação Digital e outras.

3.2 Linhas de negócio

A seguir são apresentadas as principais realizações de 2019, por linha de negócio, para atender cada um desses públicos.

3.2.1 Serviços sob Medida

Essa linha se caracteriza pelo atendimento personalizado às necessidades do cliente com a criação de soluções específicas e exclusivas que envolvem desenvolvimento de soluções de software, provimento de infraestrutura e produção continuada.

Com profissionais altamente qualificados distribuídos em equipes heterogêneas, com visão e atuação sistêmica e estreita colaboração com os clientes, o Serpro é responsável pela disponibilização de soluções robustas, consistentes e integradas, com garantia de segurança, continuidade e interoperabilidade entre as diversas aplicações de Governo.

O provimento de soluções em áreas tão importantes quanto arrecadação, comércio e gestão financeira confere ao Serpro expertise para prover consultoria altamente técnica e especializada.

A seguir são apresentadas as principais soluções implementadas em 2019, por cliente, nesse segmento.

Ministério da Economia (ME)

O Ministério da Economia é responsável pela formulação e execução da política econômica nacional da administração financeira da União.

Quadro 2 - Principais soluções implementadas em 2019 (ME)

SOLUÇÃO DIGITAL	IMPLEMENTAÇÃO
SIGEPE – LEGIS - Sistema de Gestão de Pessoas - Legislação de Pessoal	Disponibilização de novo módulo do SIGEPE que possibilita aos servidores públicos federais e sociedade em geral realizar pesquisas de legislação com agilidade e flexibilidade. O SIGEPE Legis constitui-se como um repositório que permite também a seleção de resultados da pesquisa para posterior visualização.
Sistema de Gestão de Pessoas - Carteira Funcional	Disponibilização de funcionalidade no SIGEPE Mobile que poderá ser utilizada por 700 mil usuários, reduzindo custos com a impressão de crachás para servidores públicos.
SIAPE WEB - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos	Projeto de modernização do SIAPE que visa disponibilizar 80% das transações mais acessadas do sistema em ambiente web, tornando a navegação mais amigável aos usuários, e com possibilidade de futuros acessos por dispositivos móveis.
SIAPE Saúde – Perícia por Videoconferência	Disponibilização da Junta Oficial em Saúde por Videoconferência a todas as 160 Unidades SIASS, que permite a desburocratização no atendimento a servidores que precisam de avaliação pericial por junta mas se encontram em locais onde não é possível contar com a presença de 3 peritos. Com a presença de pelo menos 1 perito junto ao periciando, o atendimento pode ser realizado.
SISCOAF - Sistema de Informações do COAF – Módulo Supervisores e Controle de Perfil e Acesso	O módulo Supervisores permite que órgãos reguladores dos segmentos obrigados a informar as operações suspeitas ao COAF, como o BACEN, SUSEP, CVM, possam utilizar o sistema para supervisionar as pessoas obrigadas (*), assim como as informações por elas enviadas. (*) pessoas obrigadas são aquelas para as quais a Lei nº 9.613/98 impõe obrigações de prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens do Viajante - Melhorias na Análise de Risco	A Declaração Eletrônica de Bens do Viajante (e-DBV) é o documento eletrônico que o passageiro dispõe para cumprir suas obrigações com o mínimo de intervenção por parte da Aduana, seja na saída ou na entrada no País, tendo como valor ao negócio: • Melhorias na análise de Risco dos Viajantes com a utilização de parametrização mais eficiente; • Melhor classificação de informações antecipadas de passageiros de arquivos API/Multi-leg.
e-Processo - Consultar Processos Digitais	Disponibilização de novas versões da consulta processo, de funcionalidade de solicitação de juntada de documentos e evoluções para a ampliação de uso do Dossiê Digital de Atendimento a distância, que integra o projeto Novos Paradigmas no Atendimento da Receita Federal do Brasil.
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e negócios - Dispensa de Licenciamento	Implantação do módulo de Dispensa de Licenciamento, que proporciona transparência ao cidadão e aos órgãos de fiscalização quanto às condições do estabelecimento onde são exercidas atividades dispensadas de obtenção de licenças de Vigilância Sanitária e Bombeiros, além da disponibilização de consultas que possibilitam verificar se o nome do usuário consta como responsável, sócio ou contador de empresa.
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e negócios - Deferimentos na Matriz e Entrada de SP	Implantação do módulo Deferimento de Filiais na Matriz: 1 - Deferimento de solicitações centralizados na Junta Comercial da Matriz. A partir desta implantação, os empreendedores não precisam se deslocar para Juntas Comerciais de outros Estados quando precisam realizar algum ato cadastral relacionado às suas filiais. Tudo se resolve na Junta Comercial do Estado onde está localizada a Matriz (Sede) da Empresa. Essa implementação reduz os gastos por parte dos empreendedores, e otimiza os atos que envolvem mais de uma Junta Comercial. 2 - Entrada do novo Integrador Estadual do Estado de SP. Foram disponibilizadas adequações para o novo Integrador Estadual de SP.
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e negócios - Módulo Licenciamento	Disponibilização de módulo no REDESIM que permite a padronização das nomenclaturas utilizadas em licenças e alvarás, facilitando o entendimento pelos cidadãos, a centralização de informações de licenças, inscrições tributárias e alvarás num integrador nacional e a constituição de uma Base Nacional de Empresas com informações de viabilidade, registro e licenciamento, adequando-se à Lei da REDESIM (Lei nº 11.598/2007).
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e negócios - Consulta a BNE	Implantação da Consulta à Base Nacional de Empresas - BNE, através do Portal de Cadastros na Internet. A partir dessa implantação o Portal de Cadastros estará disponível também para usuários externos à Receita Federal, devidamente habilitados, e será o meio de acesso às novas consultas CNPJ e Simples Nacional, tanto na intranet como internet. Esta é a primeira iniciativa de consolidação da Base Nacional de Empresas, que tem por objetivo estender o acesso das informações do CNPJ com informações complementares ao registro, tais como viabilidade e licenciamento, tendo como valor agregado ao negócio: • Disponibilização do Portal de Cadastros para usuários externos à Receita Federal; • Acesso à BNE aos demais parceiros da Redesim: DREI, SEBRAE, Juntas Comerciais e outros; • Ampliação do acesso às consultas CNPJ; e • Disponibilidade de acesso à solução na Internet.
e-Social - Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas	Implantação de melhorias no e-Social, tornando seu uso e o envio de informações pelo sistema mais simples para os empregadores domésticos e para as empresas.
SPUnet - Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais	Integração do Siafi Web com o novo sistema de patrimônio da União, que unificará em um banco de dados geoespacial as bases cadastrais dos imóveis públicos pertencentes ou utilizados pela União.
CAUC - Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Extrato Seguro	Adoção da solução VIO para emissão de QRCode nos extratos gerados pelo CAUC, garantindo autenticidade, confiabilidade e integridade do documento ao qual está vinculado, seja este físico ou digital.
SICONFI - Sistema de Informações Fiscais do Setor Público - Módulo de Projeções do Programa de Ajustes Fiscais - PAF	Disponibilização de solução que permite projetar a evolução das finanças públicas estaduais de forma a avaliar a capacidade desses entes de honrar os compromissos assumidos contratualmente, tendo a União como fiadora de seus empréstimos.
PagTesouro	Implantação da primeira release da solução que visa simplificar a vida do cidadão, ampliando os meios de pagamento da GRU e reduzindo o prazo de compensação de seus pagamentos na Conta Única da União.
SID - Sistema Integrado da Dívida - Evoluções	Implantação de módulo que permite realizar a execução orçamentária e financeira da dívida interna da União e o controle de saldo dos contratos do RRF (Regime de Recuperação Fiscal).
SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial	Implantação do módulo Intangíveis, permitindo a gestão patrimonial de bens de intangíveis pela administração pública.
Reuse.Gov	Adequação do Reuse ao Decreto nº 9.764/2019, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
TimeLine de Operações de Crédito	Disponibilização de solução que permite ao ente federativo o acompanhamento dos processos de Pedido de Verificação de Limites para contratação de empréstimos que têm a Secretaria do Tesouro Nacional como avalista, possibilitando maior transparência para a sociedade e atenuando a STN das pressões políticas para aprovação de crédito dos Estados e Municípios.
SIDA - Sistema Integrado da Dívida Ativa da União	Implantação de versão do sistema com interface mais amigável e que possibilita a consulta unificada dos débitos tributários inscritos na Dívida Ativa da União e a visão unificada das dívidas previdenciárias e não previdenciárias.
SIAPE Saúde – Perícia por Videoconferência	Disponibilização da Junta Oficial em Saúde por Videoconferência a todas as 160 Unidades SIASS, que permite a desburocratização no atendimento a servidores que precisam de avaliação pericial por junta mas se encontram em locais onde não é possível contar com a presença de 3 peritos. Com a presença de pelo menos 1 perito junto ao periciando, o atendimento pode ser realizado.
SISCOAF - Sistema de Informações do COAF – Módulo Supervisores e Controle de Perfil e Acesso	O módulo Supervisores permite que órgãos reguladores dos segmentos obrigados a informar as operações suspeitas ao COAF, como o BACEN, SUSEP, CVM, possam utilizar o sistema para supervisionar as pessoas obrigadas (*), assim como as informações por elas enviadas. (*) pessoas obrigadas são aquelas para as quais a Lei nº 9.613/98 impõe obrigações de prevenção e combate ao crime de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
e-DBV - Declaração Eletrônica de Bens do Viajante - Melhorias na Análise de Risco	A Declaração Eletrônica de Bens do Viajante (e-DBV) é o documento eletrônico que o passageiro dispõe para cumprir suas obrigações com o mínimo de intervenção por parte da Aduana, seja na saída ou na entrada no País, tendo como valor ao negócio: • Melhorias na análise de Risco dos Viajantes com a utilização de parametrização mais eficiente; • Melhor classificação de informações antecipadas de passageiros de arquivos API/Multi-leg.
e-Processo - Consultar Processos Digitais	Disponibilização de novas versões da consulta processo, de funcionalidade de solicitação de juntada de documentos e evoluções para a ampliação de uso do Dossiê Digital de Atendimento a distância, que integra o projeto Novos Paradigmas no Atendimento da Receita Federal do Brasil.
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e negócios - Dispensa de Licenciamento	Implantação do módulo de Dispensa de Licenciamento, que proporciona transparência ao cidadão e aos órgãos de fiscalização quanto às condições do estabelecimento onde são exercidas atividades dispensadas de obtenção de licenças de Vigilância Sanitária e Bombeiros, além da disponibilização de consultas que possibilitam verificar se o nome do usuário consta como responsável, sócio ou contador de empresa.
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e negócios - Deferimentos na Matriz e Entrada de SP	Implantação do módulo Deferimento de Filiais na Matriz: 1 - Deferimento de solicitações centralizados na Junta Comercial da Matriz. A partir desta implantação, os empreendedores não precisam se deslocar para Juntas Comerciais de outros Estados quando precisam realizar algum ato cadastral relacionado às suas filiais. Tudo se resolve na Junta Comercial do Estado onde está localizada a Matriz (Sede) da Empresa. Essa implementação reduz os gastos por parte dos empreendedores, e otimiza os atos que envolvem mais de uma Junta Comercial. 2 - Entrada do novo Integrador Estadual do Estado de SP. Foram disponibilizadas adequações para o novo Integrador Estadual de SP.
REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e negócios - Módulo Licenciamento	Disponibilização de módulo no REDESIM que permite a padronização das nomenclaturas utilizadas em licenças e alvarás, facilitando o entendimento pelos cidadãos, a centralização de informações de licenças, inscrições tributárias e alvarás num integrador nacional e a constituição de uma Base Nacional de Empresas com informações de viabilidade, registro e licenciamento, adequando-se à Lei da REDESIM (Lei nº 11.598/2007).

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)

Órgão da Administração Federal que tem como missão prover justiça fiscal e assegurar recursos à sociedade com integridade e respeito ao cidadão.

Quadro 3 - Principais soluções implementadas em 2019 (PGFN)

SOLUÇÃO DIGITAL	IMPLEMENTAÇÃO
SIDA - Sistema Integrado da Dívida Ativa da União	Implantação de versão do sistema com interface mais amigável e que possibilita a consulta unificada dos débitos tributários inscritos na Dívida Ativa da União e a visão unificada das dívidas previdenciárias e não previdenciárias.

Ministério da Infraestrutura (MI)

Ministério responsável pela promoção de ações nas áreas de urbanização e de saneamento básico e ambiental.

Quadro 4 - Principais soluções implementadas em 2019 (MI)

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Aviso de Recall	Disponibilização de solução que reduz o custo de notificações de recall e melhoram a assertividade dessas notificações, contribuindo para a segurança nas rodovias brasileiras, um melhor planejamento da logística de peças automotivas, preservando os dados do proprietário do veículo.
CDT - Carteira Digital de Trânsito	Implantação de melhorias no aplicativo de Carteira Digital de Trânsito, inclusive com biometria digital, possibilitando maior praticidade e segurança aos condutores de veículos ao portar os documentos de habilitação e do veículo em dispositivos móveis.
PIV - Placa de Identificação Veicular	Implantação de novas regras de convivência entre os modelos de placas de veículos, dispensando os cidadãos que transferirem seus veículos de um estado que já aderiu à Placa de Identificação Veicular para outro que ainda não adotou o novo modelo. Durante o ano de 2019, 10 estados aderiram a nova placa veicular.
Renach-Web - Registro Nacional de Carteira de Habilitação - Validação Facial	Implantação da validação facial no processo de emissão de Carteira Nacional de Habilitação, aumentando a segurança e minimizando os casos de fraude.

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Ministério responsável pela defesa da ordem jurídica dos direitos políticos das garantias constitucionais, pela segurança pública, pela defesa da ordem econômica nacional e direitos do consumidor, bem como pela prevenção e repressão à lavagem de dinheiro.

Quadro 5 - Principais soluções implementadas em 2019 (MJSP)

SOLUÇÃO DIGITAL	IMPLEMENTAÇÃO
REDE SINESP - Plataforma de rede social corporativa voltada para a Segurança Pública	Modernização da arquitetura, da interface e das funcionalidades do REDE SINESP, possibilitando sua utilização por cerca de 100 mil agentes de Segurança Pública, em todo o território nacional.
SINESP Integração - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas	Alcance de cobertura completa no país, permitindo o encaminhamento de Boletins de Ocorrência para a base nacional do SINESP.
SINESP Segurança - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas	Evolução do pré-cadastro de usuário e integrações com o sistema SINESP/EAD e GOV.BR, possibilitando ampliar a base de usuários do SINESP e, futuramente, a emissão de carteiras funcionais para os agentes de Segurança Pública.

3.2.2 Serviços de Informação

Essa linha de negócio atende ao mercado público e à sociedade e abriga os serviços relacionados com a aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações de governo, derivadas das bases de dados hospedadas no Serpro. O quadro abaixo relaciona os serviços de maior destaque em 2019, em termos de faturamento e relevância.

Quadro 6 - Principais serviços de informação de 2019

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Denatran Consulta Online	Serviço de integração entre sistemas, que possibilita o acesso às informações oficiais dos sistemas de trânsito do Denatran, sobre veículos (Renavam), condutores (Renach) e infrações (Renainf).

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	Solução integrada ao Sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM para controlar a fabricação de placas semiacabadas (blanks) padrão Mercosul, sua distribuição para os estampadores e associação de placas a veículos. Esse serviço é ofertado mediante autorização dos Departamentos Estaduais de Trânsito - DETRANs.
Infoconv	Solução que fornece informações das bases da Receita Federal do Brasil (RFB) de forma ampla, segura, rápida e direta, utilizando tecnologia de web services e apoiado por um sistema de gestão de autorização e consumo.
Emissão de CNH	Serviço disponibilizado por meio de WebServices (WS) para a produção de Carteiras Nacionais de Habilitação – CNH, permitindo às instituições solicitar autorização para emissão de CNH, obter o código de segurança impresso no documento, enviar dados da CNH impressa e incluir a numeração do formulário físico.
Datavalid	Solução de análise de informações de cadastro, identidade e biometria facial que permite a automatização do processo de validação, garantindo autenticidade dessas informações em tempo real.
Consulta CPF	A Consulta CPF possibilita a integração segura de aplicativos com o Cadastro de Pessoas Físicas para consulta das informações públicas deste cadastro.
Painel Toxicológico	Painel que apresenta informação de laudos toxicológicos de condutores no RENACH - Registro Nacional de Condutores Habilitados.

3.2.3 Serviços em Nuvem

A linha de negócio Serviços em Nuvem tem como principal característica serviços com modelo de negócio repetível – capaz de oferecer o mesmo serviço a todos os clientes, com nenhuma ou pouca customização – e escalável – capaz de crescer para atender grandes quantidades de clientes.

Assim, tem uma grande presença de serviços voltados para a disponibilização de infraestrutura, plataforma ou software em servidores na internet. Esse modelo de disponibilização permite que o cliente consuma recursos computacionais de qualquer local sem a necessidade de manter grandes estruturas de TI, permitindo que o mesmo se volte a seu negócio principal. Essa linha de negócio está dividida em cinco grupos, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 7 - Principais serviços em nuvem de 2019

GRUPO	DESCRIÇÃO
Comunicação	Contém serviços que apoiam o negócio, facilitando a interação de pessoas, o compartilhamento de ideias, resolução de problemas e colaboração.
Gestão	Apresenta serviços que resolvem as necessidades de processos de negócio como, por exemplo, infrações de trânsito e almoxarifado. São os serviços desse grupo: Gestão de Margem Consignável, SNE, Radar, ProID e Plataforma Cbio.
Hospedagem	Também faz parte da linha de negócios Serviços sob Medida e complementa com a Nuvem Serpro, que permite ao cliente gerenciar todo o seu centro de dados virtual, podendo alocar e liberar recursos de acordo com a sua necessidade.
Rede	Refere-se a serviços de conexão.
Segurança	Considerado como valor fundamental para o Serpro e com presença em todos os serviços oferecidos para seus clientes. São os serviços na linha Serviços em Nuvem: Certificação Digital e Vio.

Já o quadro abaixo relaciona os serviços de maior destaque em 2019, em termos de faturamento e relevância.

Quadro 8 - Principais serviços de 2019 - faturamento e relevância

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
Gestão de Margem Consignável	Serviço que contribui para uma gestão segura da margem consignável, apoiando a oferta de melhores condições de crédito para servidores dos estados e municípios, nas esferas do executivo, legislativo e judiciário. O Serpro provê este serviço em sistema próprio, integrado aos sistemas de folha de pagamento dos órgãos contratantes, proporcionando segurança e confiabilidade aos entes participantes, servidores, consignatárias e consignantes.
Emissão de Certificado Digital	Serviços que versam sobre Certificação Digital, apresentando todos os modelos de negócios que o Serpro presta aos seus clientes, sendo cidadãos, empresas e órgãos públicos.
Radar - Sistema de Gestão de Multas	Solução integrada e informatizada para gerenciamento de infrações de trânsito. Evoluções como a criação de novos tipos de relatórios, parâmetros de consultas, integração com outros sistemas agregam valor ao usuário do sistema.
Infovia	A Infovia Brasil é um serviço de conexão de órgãos e entidades públicas nas esferas federal e estadual através de uma infraestrutura de fibras ópticas. Planejada para interconectar os clientes com farta largura de banda, segurança e ausência de custos relacionados a aluguel de meios de conexão e operadoras locais de telecomunicação.
Serpro Cloud	Plataforma tecnológica IaaS (Infraestrutura como Serviço) para governo, que permite acesso por demanda e independente da localização a um conjunto compartilhado de recursos computacionais configuráveis e de alta performance. Esse centro tecnológico opera com múltiplos fornecedores de serviços em nuvem, tornando acessível em um só lugar o que cada um oferece de melhor.
SNE - Sistema de Notificação Eletrônica	Solução Web e Mobile, disponibilizada pelo DENATRAN aos órgãos autuadores integrados ao Sistema Nacional de Trânsito, que permite o envio de notificações e comunicados em formato digital, mediante adesão prévia relativa a infrações de trânsito registradas no RENAINF. Tem por objetivo prover solução centralizada, integrada e informatizada para a gestão das notificações eletrônicas relacionadas às infrações de trânsito.
SerproMail	Solução de mensagens e colaboração de código aberto que inclui sistema de email completo, catálogo de endereços, calendário, compartilhamento de arquivos e tarefas e pode ser acessado a partir de interface Web, Microsoft Outlook, Mozilla Thunderbird e outros clientes de email baseados em padrões e dispositivos móveis. O SerproMail, por fazer uso de serviços de computação em nuvem, é dotado de arquitetura tecnológica robusta para suportar o crescimento da demanda e se adaptar às mudanças de negócio com rapidez e custos adequados, com toda sua infraestrutura instalada em solo brasileiro nos Centros de Dados do SERPRO e submetida à legislação do país, seguindo políticas rígidas de segurança. Isso assegura a auditabilidade, a veracidade, a confiabilidade e confidencialidade das informações trafegadas e armazenadas.

SERVIÇO	IMPLEMENTAÇÃO
NeoID	O NeoID é um certificado do tipo A3, que inova no hardware criptográfico, pois as chaves estão hospedadas na nuvem do Serpro, dispensando o uso de um token. O NeoID é mais barato e possibilita o uso de um mesmo certificado digital em mais de um dispositivo, controle em tempo real e histórico das transações realizadas com o certificado digital e realização de assinatura digital de documentos em dispositivos móveis.

4. Investimentos em infraestrutura

A gestão da infraestrutura, obras e serviços de engenharia tem por objetivo principal o provimento e manutenção da infraestrutura de instalações dos centros de dados, garantindo a confiabilidade e altíssima disponibilidade dos serviços prestados. Também atua com o objetivo de padronizar e melhorar os ambientes de trabalho e instalações prediais, primando pela segurança e bem-estar dos empregados.

O Serpro investiu aproximadamente R$ 118,7 milhões em novas tecnologias, infraestrutura do ambiente operacional de TI e infraestrutura de logística, incluído o provimento e manutenção da infraestrutura de instalações dos centros de dados. Desses, R$ 114,5 milhões em ambiente operacional de TI, distribuídos entre (i) Plataforma Alta (ambiente de mainframes), em valor aproximado de R$ 31,8 milhões; (ii) Plataforma Baixa, concentrados no provimento às plataformas de nuvem e big-data, no valor de R$ 15,7 milhões; (iii) Armazenamento, em valores aproximados de R$ 37,6 milhões; (iv) Infraestrutura de Rede, distribuídos entre o backbone nacional, a Infovia Brasília e Redes Metropolitanas em algumas capitais, no valor de R$ 5,8 milhões; (v) Soluções Corporativas internas, no valor de R$ 7,2 milhões; e (vi) Segurança da Informação, no valor de R$ 16,4 milhões. Em infraestrutura de logística foram investidos cerca de R$ 4,2 milhões.

4.1 Segurança da Informação

Os investimentos em segurança da informação priorizaram a adoção de medidas de proteção mais efetivas para grandes volumes de dados, redução do risco de prejuízos de imagem dos clientes e do Serpro, e maior confiabilidade às ações de perícia técnica em apoio a auditorias e sindicâncias.

Em 2019 foi criada uma área dedicada ao tema Segurança, integrando os assuntos infraestrutura, governança de segurança da informação e produção de segurança da informação. Essa visão integrada possibilitou tanto a criação do Centro de Operações de Segurança (SOC), com o objetivo de monitorar os ataques direcionados aos sistemas estruturantes do Governo, como a atuação, de forma colegiada, para alinhar a empresa com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.2 Transformação digital

Em 2019 foi criado o Escritório de Governança de Dados com os objetivos de viabilizar a transformação digital do Serpro a partir dos dados, definir e adotar padrões, modelos, políticas, formação de cultura e boas práticas sobre o uso dos dados transacionais e analíticos, além de complementar outras ações voltadas à modernização da exploração de dados na empresa, como o novo GovData, a criação do CoE (Centro de Excelência) de Analytics e Inteligência Artificial (IA), assim como as ações educacionais da Jornada de IA.

A criação desse escritório dialoga diretamente com os princípios preconizados pela LGPD e pela Lei das Estatais no que se refere à adoção das melhores práticas de governança, segurança da informação, gestão de riscos e conformidade.

5. Governança Corporativa

A estrutura de governança e gestão do Serpro é formada pela Assembleia Geral, pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria Executiva, pelos Comitês Estatutários e pelas áreas de Auditoria Interna, Ouvidoria, Corregedoria e Comissão de Ética.

O Conselho de Administração é responsável pela administração superior do Serpro e a Diretoria Executiva pelo exercício das atribuições decisórias concernentes às finalidades da empresa, cabendo, ainda, ao Conselho Fiscal fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

A Auditoria Interna e os Comitês de Auditoria e de Elegibilidade são responsáveis por assessorar o Conselho de Administração, enquanto a Ouvidoria, a Corregedoria e a Comissão de Ética desempenham suas funções de modo a garantir a Integridade e o Compliance da atuação empresarial.

Uma das finalidades do Serpro, prevista em seu Estatuto Social, é "contribuir para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade". Para isso, a atuação dos seus administradores está comprometida com a adoção de um conjunto de medidas aderentes às determinações legais sobre governança das empresas estatais, às diretrizes governamentais e às melhores práticas de mercado.

Nesse sentido, no âmbito da revisão de sua estratégia empresarial, o Serpro reorganizou a sua estrutura organizacional, assim como implementou novos mecanismos e instrumentos de governança corporativa para informar, dirigir, administrar, direcionar, disciplinar, monitorar, supervisionar e avaliar as suas práticas de gestão, de forma a viabilizar a estratégia empresarial e o alcance dos objetivos organizacionais.

O sistema de governança corporativa do Serpro está alinhado com as melhores práticas de mercado, segundo os padrões do IBGC, resguardadas suas características intrínsecas de empresa pública.

Principais realizações em 2019

Dentre as principais realizações no exercício destacaram-se: (i) a ampliação da cobertura da gestão de riscos operacionais; (ii) a criação dos Comitês Táticos de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsáveis por atuar como principal meio de conexão entre a gestão estratégica e a gestão operacional; (iii) a revisão da Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos, com a inclusão de um capítulo específico para Gestão de Riscos Estratégicos; e (iv) a elaboração da Sistemática do Gerenciamento dos Riscos à Integridade, que visa garantir o alcance dos objetivos estratégicos de forma correta e transparente ao mitigar riscos de fraudes, corrupção ou conduta antiética nos negócios;

Ainda, com o propósito de se manter aderente aos princípios da integridade e da ética, o Serpro renovou em 2019 o compromisso com o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, uma iniciativa do Instituto Ethos em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU). O Pacto visa unir empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético, assim como erradicar o suborno e a corrupção. A adesão ao Pacto é um dos pré-requisitos para obtenção do Selo de Empresa Pró-Ética, que o Serpro pretende alcançar em 2020.

Conformidade legal

A eficiência e a conformidade legal no Serpro estão associados à efetiva atuação das três linhas de defesa da empresa, onde cada linha contribuiu no desenvolvimento dos temas afetos a sua área, atuando de forma a garantir que a empresa atingisse seus objetivos.

Além dos alertas de conformidade que visam informar e orientar as áreas quanto à observância de marcos regulatórios (leis, decretos, portarias, resoluções, instruções normativas, etc), também são realizadas avaliações de conformidade que objetivam aferir o cumprimento de normas aplicáveis ao Serpro, sejam elas externas ou internas, obedecendo ao Plano Anual de Conformidade.

Em 2019 o Serpro dedicou atenção especial à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Foi realizada avaliação de conformidade preditiva (antecipação à legislação não vigente), a fim de identificar o grau de aderência do Serpro à LGPD, bem como as lacunas existentes e que precisam ser tratadas para adequação dos processos organizacionais até a produção de efeitos da legislação em análise. Tendo por base esse diagnóstico, a empresa vem adotando ações que visam garantir aderência à LGPD, transformando o Serpro em uma referência no assunto. É previsto investimento de ordem de R$ 3 milhões até a conclusão do projeto, que conta com a participação direta de 35 técnicos, e indireta de mais de 200 empregados.

6. Governança de Tecnologia da Informação

A Governança de TI, sistema pelo qual o uso atual e futuro da TI é dirigido e controlado, orienta a execução das ações e projetos de TI da empresa, apresentando estratégias e planos de ação que visam direcionar esforços e recursos para o atingimento dos objetivos de TI.

Nesse sentido, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), norteado pelo Planejamento Estratégico, visa assegurar que o direcionamento e a estratégia de Tecnologia da Informação estejam fortemente vinculados às metas, aos objetivos de negócio e à estratégia do Serpro. Por sua vez, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) demonstra como a empresa prioriza seus investimentos e iniciativas de TI. Constitui-se, ainda, como instrumento de diagnóstico e planejamento para auxiliar na gestão dos recursos e processos de TI, que visam atender às necessidades tecnológicas e de informação.

Em 2019 foi revista a metodologia de elaboração do PETI e do PDTI aplicando-se técnicas de design thinking e User Experience (UX). A identificação de cenários e tendências, além de ser um ponto de partida para os planos elaborados em 2019, é recomendada pelo framework do International Integrated Reporting Council (IIRC). Por isso, o Serpro envidou esforços para estar aderente, no PETI 2020-2024, a estas diretrizes, uma vez que esta abordagem ainda não estava presente no PETI 2016-2019.

Destaca-se, ainda, que o Serpro é responsável por dar sustentação ao Governo na implementação das políticas públicas atuando como ator ativo na viabilização do governo digital. Nesse sentido, tem atuado com sua expertise em ser empresa especializada em consultoria e uma facilitadora para adoção de nuvem governamental e de outros serviços de infraestrutura de TI.

7. Reconhecimento da empresa

O empenho do Serpro em aprimorar suas práticas de governança e gestão vem sendo reconhecido tanto pelo mercado como pelos órgãos de supervisão e de controle e fiscalização.

Em 2019, além de se manter no nível 1, o Serpro alcançou nota máxima (10) no 4º Ciclo de Avaliação do Indicador de Governança da SEST (IG-SEST) e, também, foi premiado em anuários de referência no mercado:

Em agosto de 2019, a empresa recebeu o prêmio de melhor empresa no setor da Indústria Digital durante o evento "Melhores e Maiores 2019 da Revista Exame". O evento apresenta o ranking das 500 maiores empresas do país e premia aquelas que mais se destacaram em 20 setores da economia brasileira.

Em setembro de 2019, o Serpro foi eleito a melhor empresa brasileira na categoria Serviços Públicos. O reconhecimento aconteceu durante a premiação "Melhores da Dinheiro 2019", evento promovido pela Revista IstoÉ Dinheiro que apresenta o ranking das 1000 maiores empresas do país, selecionando aquelas que mais se destacaram em 26 categorias.

Em setembro de 2019, em cerimônia realizada pela Fórum Editorial, o Serpro foi reconhecido como uma das 100 maiores empresas que atuam no mercado brasileiro de telecomunicações, alcançando o 36º lugar por sua atuação em serviços de rede, como infovia, acesso à internet e administração de rede local.

O Serpro também foi qualificado com os selos Pró-Equidade de Gênero - 5ª Edição e Empresa Amiga da Família (Seaf). O primeiro selo foi concedido como reconhecimento do trabalho ativo para reduzir os efeitos das discriminações por gênero e raça e, o segundo, devido às ações de promoção do equilíbrio entre o trabalho e o ambiente familiar, destacando-se a concessão das licenças maternidade e paternidade estendidas; a licença-adotante com os mesmos direitos da licença maternidade; o auxílio-creche; o auxílio-filho com deficiência; o horário de trabalho flexível; e a utilização de banco de horas.

Administradores do Serpro*

* Administradores com mandato vigente em dezembro de 2019.

Conselho de Administração

Luis Felipe Salin Monteiro
Presidente do Conselho de Administração

Cristiano Rocha Heckert
Conselheiro de Administração

Nina Maria Arcela
Conselheira de Administração

Iêda Aparecida de Moura Cagni
Conselheira de Administração

Ivanyra Maura de Medeiros Correia
Conselheira Independente

Jonas de Miranda Gomes
Conselheiro Independente

André dos Santos Gianini
Conselheiro de Administração
Representante dos empregados

Diretoria Executiva

Caio Mário Paes de Andrade
Diretor-Presidente

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor de Administração

Ricardo Cezar de Moura Jucá
Diretor de Desenvolvimento

Gileno Gurjão Barreto
Diretor Jurídico e de Governança e Gestão

Antonino dos Santos Guerra Neto
Diretor de Operações

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes

Wilson Biancardi Coury
Diretor de Desenvolvimento Humano

Balanço Patrimonial

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

Ativo	NE	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Circulante		1.806.308,4	1.227.062,2
. Caixa e equivalentes de caixa	6	1.007.509,6	487.881,3
. Ativos financeiros	7	438,1	462,3
. Créditos a receber		795.297,4	735.119,5
Clientes	8	545.023,0	565.247,6
Ressarcimento de pessoal	9	81.145,0	88.349,4
Créditos diversos a receber	10	23.475,7	2.382,4
Créditos tributários	11	145.653,8	79.140,0
. Bens, valores em circulação e demais de curto prazo		354,8	890,7
. Ativo não circulante mantido para venda	12	2.708,5	2.708,5
Não circulante		1.879.678,0	1.743.925,4
. Realizável a longo prazo		1.338.961,1	1.189.787,2
Depósitos judiciais e recursais	13	230.544,3	289.826,7
Ressarcimento de pessoal	14	351.730,5	408.412,9
Créditos tributários diferidos	15	655.232,9	431.188,9
Créditos realizáveis a longo prazo	17	101.409,9	60.280,6
Outros ativos		43,5	78,2
. Imobilizado	18	476.669,2	475.359,9
. Intangível	19	64.047,7	78.778,3
Total do ativo		**3.685.986,3**	**2.970.987,6**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

Passivo	NE	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Circulante		898.963,2	814.468,5
. Consignações	20	91.233,5	56.444,7
. Tributos e encargos sociais	21	156.527,8	174.725,0
. Depósitos diversas origens		3.589,2	3.771,7
. Obrigações a pagar		647.612,7	579.527,1
Fornecedores	23	103.589,0	126.541,6
Pessoal a pagar e encargos trabalhistas	24/25	295.552,8	289.270,7
Processo trabalhista a pagar	26	65.214,1	74.483,5
Plano de previdência complementar	27	37.952,3	37.178,3
Participação nos lucros ou resultados	34	29.645,5	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	34	115.626,7	52.018,7
Outras obrigações		32,3	34,3
Não circulante		1.799.689,7	1.178.067,5
Obrigações tributárias	28	80.203,8	45.851,4
Processo trabalhista a pagar	29	118.056,9	180.240,2
Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas	30.2/30.4	388.163,1	242.956,2
Benefícios pós-emprego	31	1.212.545,5	708.270,1
Obrigações judiciais		485,5	485,5
Outras obrigações		234,9	264,0
Patrimônio líquido	32	987.333,5	978.451,6
. Capital	32.1	1.061.004,8	1.061.004,8
. Reservas		618.995,1	305.221,6
Reservas de reavaliação	32.2	79.096,3	138.214,2
Reservas de lucros	32.3	539.898,8	167.007,3
. Outros resultados abrangentes	32.4	(692.666,5)	(387.774,8)
. Lucros/Prejuízos acumulados	32.5	-	-
Total do passivo		**3.685.986,3**	**2.970.987,6**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração do Resultado do Exercício

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

	NE	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Receita operacional líquida	33.2	2.859.075,4	2.746.897,6
Custo dos serviços prestados	33.4/33.5	(1.368.007,0)	(1.240.846,4)
Lucro bruto		1.491.068,4	1.506.051,2
Despesas operacionais (exceto resultado financeiro)	33.4/33.5	(1.009.070,8)	(868.314,0)
Despesas com pessoal e benefícios		(604.625,8)	(700.440,0)
Depreciação e amortização		(28.275,2)	(34.325,6)
Locação		(14.997,7)	(16.793,2)
Manutenção		(41.256,3)	(51.393,3)
Serviços de comunicação		-	(6.006,9)
Serviços profissionais e contratados		(40.261,9)	(54.642,0)
Serviços públicos		(14.630,9)	(15.967,0)
Resultado com créditos a receber		(55.120,8)	(9.774,8)
Despesas tributárias diversas		(5.564,5)	(4.333,6)
Materiais		(4.522,7)	(3.870,2)
Outras despesas/receitas		(5.756,8)	39.864,9
Resultado com ações judiciais		(194.058,3)	(10.632,4)
Resultado financeiro	33.6	(21.670,4)	(32.322,2)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		460.327,1	605.415,1
Tributos sobre o lucro	22.1 (e)	26.522,3	(145.712,7)
Tributos correntes	22.1 (c)	(68.445,3)	(94.106,7)
Tributos diferidos	22.1 (d)	94.967,6	(51.606,0)
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		**486.849,5**	**459.702,3**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Em milhares de R$

	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Resultado líquido do período	486.849,5	459.702,3
(+/-) Outros resultados abrangentes	(304.891,7)	(11.744,0)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	(24,2)	206,5
Ajustes de Passivos Atuariais	(461.920,4)	(18.106,7)
Tributos diferidos sobre cálculo atuarial	157.052,9	6.156,3
Resultado abrangente no período	**181.957,8**	**447.958,4**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em milhares de R$

	Dezembro 2019	Dezembro 2018
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	3.065.848,6	2.834.905,0
Recebimentos de clientes – exercícios anteriores	335.067,1	333.801,8
Ressarcimento de pessoal requisitado	354.868,6	318.141,0
Outros recebimentos	64.628,3	56.804,0
Receita de compensação tributária	81.555,6	103.182,2
Tributos e encargos – inclusive compensação tributária	(791.061,5)	(756.609,9)
Pessoal e encargos – inclusive compensação tributária	(1.891.296,5)	(1.899.641,5)
Sentenças judiciais	(112.582,9)	(114.315,7)
Pagamentos a fornecedores	(410.222,7)	(485.078,9)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (a)	696.804,6	391.194,4
Imobilizado/ intangível	(126.096,1)	(135.711,5)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento (b)	(126.096,1)	(135.711,5)
Caixa líquido gerado nas atividades de Financiamento (c)	(52.018,7)	-
Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa (a) + (b) + (c)	518.689,8	255.482,9
Saldo inicial – caixa e equivalentes de caixa	488.819,7	233.336,8
Saldo final – caixa e equivalentes de caixa	1.007.509,6	488.819,7

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração do Valor Adicionado

Em milhares de R$

	2019	%	2018	%
1 - Receitas				

	2019	%	2018	%
1.1 - Vendas de Serviços	3.435.747,7	127,3	3.310.698,5	117,8
1.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(55.120,8)	(2,0)	(9.774,8)	(0,3)
1.3 – Descontos Concedidos	(3.675,1)	(0,1)	(1.987,6)	(0,1)
1.4 – Vendas Canceladas	(3.218,6)	(0,1)	(229,1)	-
1.5 – Outras Deduções de Vendas	-	-	(31.224,5)	(1,1)
	3.373.733,2	125,0	3.267.482,5	116,3
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(387.142,8)	(14,3)	(332.520,5)	(11,8)
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	2.986.590,4	110,7	2.934.962,0	104,4
4 - Retenções				
4.1 - Depreciações e Amortizações	(115.198,1)	(4,3)	(122.750,1)	(4,4)
4.2 – Resultados com Ações Judiciais	(194.058,3)	(7,2)	(10.632,4)	(0,4)
	(309.256,3)	(11,5)	(133.382,6)	(4,7)
5 - Valor adicionado líquido (3-4)	2.677.334,0	99,2	2.801.579,4	99,7
6 - Recebido de terceiros				
6.1 - Receitas Financeiras	21.177,3	0,8	8.705,5	0,3
7 - Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	2.698.511,3	100,0	2.810.285,0	100,0
Distribuição do valor adicionado	2019	%	2018	%
7.1 - Empregados (Salários, Encargos e Benefícios)	1.590.502,2	58,9	1.563.570,3	55,6
7.2 - Governo (Impostos e Contribuições)	620.098,2	23,0	787.012,3	28,0
7.3 - Capitais de Terceiros	-	-	-	-
7.4 - Capital Próprio	487.910,9	18,1	459.702,3	16,4
Acionista (Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio)	1.061,5	-	-	-
Lucros/Prejuízos Retidos	486.849,5	18,0	459.702,3	16,4
TOTAL	**2.698.511,3**	**100,0**	**2.810.285,0**	**100,0**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

	Capital	Reservas			Lucros ou Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 01 janeiro de 2018	**1.061.004,8**	**1.061.004,8**	**-**	**-**	**(186.616,4)**	**(376.030,8)**	**636.571,9**
Reconhecimento de saldos iniciais	-	-	-	-	(54.059,9)	-	(54.059,9)
Lucros/Prejuízos líquidos	-	-	-	-	459.702,3	-	459.702,3
Constituição de reservas	-	-	10.951,3	156.056,0	(167.007,3)	-	-
Constituição de dividendos/JSCP	-	-	-	-	(52.018,7)	-	(52.018,7)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(11.744,0)	(11.744,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.061.004,8**	**1.061.004,8**	**10.951,3**	**156.056,0**	**-**	**(387.774,8)**	**978.451,6**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Em milhares de R$

	Capital	Reservas			Lucros ou Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**1.061.004,8**	**138.214,2**	**10.951,3**	**156.056,0**	**-**	**(387.774,8)**	**978.451,6**
Ajustes de exercícios anteriores - bens imóveis	-	(16.702,6)	-	-	-	-	(16.702,6)
Lucros/Prejuízos Líquido	-	-	-	-	486.849,5	-	486.849,5
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	486.849,5	-	-
Constituição de Reservas	-	-	24.342,5	348.549,0	(372.891,5)	-	-
Reserva Legal	-	-	24.342,5	-	(24.342,5)	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	348.549,0	(348.549,0)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(42.415,3)	-	-	1.668,8	-	(40.746,6)
Realização da reserva de reavaliação - edifícios	-	(1.668,8)	-	-	1.668,8	-	-
Tributos sobre Reserva de Reavaliação	-	(40.746,6)	-	-	-	-	-
Constituição de Dividendos/JCP	-	-	-	-	(115.626,7)	-	(115.626,7)
Juros sobre Capital Próprio/ Dividendos complementares	-	-	-	-	(115.626,7)	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(304.891,7)	(304.891,7)
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	(24,2)	-
Ajustes de passivo atuarial	-	-	-	-	-	(461.920,4)	-
Tributos sobre ajustes de passivo atuarial	-	-	-	-	-	157.052,9	-

	Capital	Reservas			Lucros ou Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Reavaliação	Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.061.004,8**	**79.096,3**	**35.293,8**	**504.605,1**	**-**	**(692.666,5)**	**987.333,5**

As Demonstrações devem ser lidas conjuntamente com as notas explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Nota 1 - Contexto Operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Economia, com sede em Brasília (DF). Foi criado pela lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964 e está regido pela lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970; lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; regulamentado pelo decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; por seu Estatuto Social vigente e pelas normas legais que lhe forem aplicáveis.

A empresa tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, além de executar serviços de tratamento de dados e informações.

Com a missão institucional de conectar Estado e sociedade com soluções digitais inovadoras, o Serpro desenvolve importantes tecnologias para o governo brasileiro, desenvolvendo sistemas estratégicos que suportam ações estruturantes para todos os cidadãos. Atualmente, possui três linhas de negócios: Serviços sob medida, Serviços de informação e Serviços em nuvem.

Serviços sob medida

Congrega a maioria dos serviços tradicionais, como Imposto sobre a renda da pessoa física (IRPF), o Sistema integrado de administração financeira (SIAFI) e o Sistema integrado de comércio exterior (SISCOMEX), agregando clientes como Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Departamento nacional de trânsito (DENATRAN) e Polícia Federal, por exemplo. Caracteriza-se por oferecer atendimento personalizado e soluções específicas, dependentes de projetos de desenvolvimento, infraestrutura, produção continuada e exclusividade para clientes.

Contempla os serviços de desenvolvimento, centro de dados, rede de comunicação e serviços multimídia, administração de rede local, central de serviços Serpro, segurança da informação, educação a distância, consultoria, entrada e saída de dados. É a linha de negócio com maior faturamento na empresa, e o serviço com maior representatividade é a hospedagem de aplicações.

Serviços de informação

Atende ao mercado público e à sociedade, envolvendo serviços, tecnologias e produtos relacionados à aquisição, tratamento, armazenamento, análise, disponibilização e comunicação de informações de governo, originárias das bases de dados hospedadas no Serpro. Representa a linha de negócio com maior crescimento desde 2018 e contempla serviços como as plataformas de inteligência de negócio de consulta CPF, consulta CNPJ e consulta NF-e.

Serviços em nuvem

Linha direcionada para o setor público, reunindo produtos e serviços padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa. Está composta pelas modalidades "infraestrutura como serviço" (recursos computacionais, complementados por capacidades de armazenamento e rede são hospedados pelo Serpro e oferecidos a seus clientes sob demanda) e "software como serviço" (disponibilização de softwares específicos e estrutura necessária, como servidores, conectividades e segurança, com comercialização no modelo de faturamento pelo uso ou no modelo de assinatura). Os serviços em nuvem contemplam o SerproMail, solução de comunicação e colaboração com plataforma integrada disponível para órgãos públicos, e a gestão de margem consignável, resultado da parceria com o até então Ministério do Planejamento, atual Ministério da Economia.

Entre grandes serviços realizados em 2019, destacam-se: o processamento de mais de 30 milhões de declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física; desenvolvimento da declaração padronizada do ISSQN (DPI); aprimoramento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv); lançamento de aplicativo do Tesouro Direto; acréscimo de funcionalidades ao Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe Mobile); elaboração do sistema ágil para pagamento de dívidas com desconto para micro e pequenos empreendedores (PERT/MEI); e programa de declaração de débitos e créditos para empresas (DCTF Web).

Destaque, ainda, para as novas soluções: Carteira digital de trânsito (CDTe), dispositivo que permite ter disponíveis no celular, tanto a Carteira nacional de habilitação (CNH) quanto o documento do veículo (CRLV); o primeiro certificado digital que pode ser utilizado sem token físico no Brasil, o NeoID; uso de biometria facial no DataValid; e sistemas que agilizam gestão de notificações de infrações de trânsito (SNE/Radar).

Nota 2 - Preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 - Declaração de conformidade com as normas brasileiras de contabilidade

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão e divulgação das demonstrações contábeis do exercício, encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi autorizada pela Administração da Empresa em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2020.

As demonstrações obtiveram manifestação favorável do Conselho de Administração, em reunião conjunta com o Conselho Fiscal em 18 de março de 2020, e serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros, que são avaliados a valor justo com reflexo no patrimônio líquido, das provisões trabalhistas, cíveis e administrativas, que são mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação e suas variações impactam diretamente o resultado do exercício, e das provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da Empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, que podem impactar tanto resultado do exercício quanto outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

2.3 - Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real e, para fins de apresentação, as demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

2.4 - Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados a ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.5 - Mensuração do valor justo

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros é pela abordagem do mercado principal, onde se utiliza os preços que foram observados e outras informações relevantes ao produto, em transações no mercado que envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

2.6 - Reclassificações

Para fins comparativos e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações podem ser reclassificadas. Essas reclassificações não atendem ao critério de materialidade e, portanto, não são objeto de reapresentação de balanço. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo de demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

2.7 – Ajustes de Exercícios Anteriores

No exercício de 2019, a auditoria independente recomendou a necessidade de se proceder estudo para implantação do custo atribuído (deemed cost) com readequação dos percentuais de depreciação em função da vida útil e valor residual de bens imóveis. A recomendação, baseava-se, segundo a auditoria, na não parametrização do valor residual esperado para o ativo. Com o objetivo de ampliar o entendimento sobre a referida recomendação, cabe esclarecer que:

(a) No exercício de 2009 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 27, ICPC 10 e OCPC 02 sobre as alterações no imobilizado bem como a forma como devem ser evidenciados no balanço. Dentre as principais mudanças ocorridas estão:

- Alteração no conceito de imobilizado;
- Reconhecimento deste bem no ativo imobilizado;
- Revisão das vidas úteis;
- Depreciação diferente da regra fiscal;
- Adoção do custo atribuído - Deemed Cost.

(b) No exercício de 2010, em relação ao Ativo Imobilizado, a empresa optou por manter os valores que se encontravam em Balanço, pois as normas contábeis facultavam a adoção do deemed cost somente naquele ano. Ainda, especificamente sobre os bens imóveis, foram atribuídos, à partir de dezembro daquele exercício, os seguintes parâmetros: (1) valor depreciável: montante registrado na depreciação acumulada até novembro de 2010; (2) valor residual: valor do bem menos a depreciação acumulada. Dessa forma, o valor residual, a partir de dezembro de 2010, não mais sofreu depreciação empresarial. Essa política permaneceu até os dias atuais.

Em virtude de todo o exposto, para atender tal recomendação, foi constituído grupo de trabalho para estudo dos imóveis do Serpro, para avaliar, à luz da legislação vigente, a necessidade de revisar, desde o exercício de 2010, às seguintes premissas:

- estimativa de vida útil dos imóveis do Serpro;
- aplicação do custo atribuído e;
- alteração nas políticas contábeis que regulam sobre o assunto.

Do resultado do estudo:

(a) No que tange ao ao deemed cost, por possuir interpretações adversas sobre o tema, entendeu-se que há a necessidade da contratação de uma consultoria especializada a fim de pacificar o entendimento sobre o assunto e assim subsidiar a tomada de decisão pela administração.

(b) No que tange a remensuração das vidas úteis dos bens imóveis com retorno da depreciação e recálculo do valor residual, foi aplicado o disposto na NBC TG 23 no seu item 32, que trata de mudança nas estimativas contábeis, considerando que a necessidade de revisão ocorreu em consequência de novas informações ou de maior experiência e dada a sua natureza.

Assim, R$ 16,7 milhões foram baixados da reserva de reavaliação no início do período contra ajustes de exercícios anteriores, seguindo orientação sobre o retorno da depreciação, consolidando a intenção da administração na alienação desses bens imóveis objeto da mudança. O quadro abaixo apresenta esta movimentação por ano.

Ano	Valor ajustado da depreciação lançado contra a reserva de reavaliação	Valor lançado contra lucros ou prejuízos acumulados	Impacto no patrimônio líquido
2010	R$ 1.928.329,99	-	R$ 1.928.329,99
2011	R$ 1.887.301,69	-	R$ 1.887.301,69
2012	R$ 1.954.696,86	-	R$ 1.954.696,86
2013	R$ 1.914.805,09	-	R$ 1.914.805,09
2014	R$ 1.876.508,99	-	R$ 1.876.508,99
2015	R$ 1.839.714,69	-	R$ 1.839.714,69
2016	R$ 1.804.335,56	-	R$ 1.804.335,56
2017	R$ 1.770.291,50	-	R$ 1.770.291,50
2018	R$ 1.737.508,32	-	R$ 1.737.508,32
2019	**R$ 1.668.758,71**	**R$ 1.668.758,71**	-
TOTAL	**R$ 18.371.319,96**	**R$ 1.668.758,71**	**R$16.702.561,25**

2.8 - Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal (STF), através de decisão proferida nos autos da Ação Cível Originária (ACO) 2.658/DF de 06 de abril de 2018, fundamentada no art. 150, VI, "a" da Constituição Federal, concedeu ao Serpro a imunidade tributária recíproca sobre bens, patrimônio e serviços, condicionando a sua aplicabilidade exclusivamente às situações em que a empresa prestar serviços a órgãos e entidades da administração pública.

2.9 - Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

A Empresa apresenta a DFC (NBC TG 03 (R3)) pelo método direto.

2.10 - Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Empresa elabora a DVA (NBC TG 09), que é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota 3 - Informações gerais do contexto externo

Em virtude da inclusão do Serpro no Programa nacional de desestatização (PND) do Ministério da Economia, por meio do decreto nº 10.206/2020, e considerando o que dispõe os itens 25 e 26 da NBC TG 26 (R1), incertezas relevantes acerca das operações da empresa derivados de eventos ou decisões estratégicas podem provocar modificações nas políticas e transações da empresa, impactar o formato jurídico do Serpro no futuro próximo, provocar alterações na composição acionária, na cadeia de fornecedores, na carteira de clientes, nas parcerias de negócio, no modelo de negócio, alteração das políticas contábeis, alteração de critérios da administração em relação a créditos a receber, alteração do estatuto social, reformulação da governança corporativa, estimativas de provisões, dentre outros.

Caso se concretizem, essas alterações têm reflexo imediato e significativo nas demonstrações contábeis, até mesmo em relação aos segmentos das operações (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC TG 22), a relação do Serpro com Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com a Bolsa de Valores B3, com o Governo Federal e com mercados externos.

Nota 4 - Principais políticas contábeis

Considerando o que dispõe a norma contábil, as práticas mais significativas aplicadas pelo Serpro no exercício de 2019 estão apresentadas a seguir:

4.1 – Caixa e equivalente de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com realização imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

4.2 – Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades empresariais. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

4.3 – Ativo Intangível

Trata-se de gastos incorridos, que atendem aos critérios de reconhecimento e mensuração para serem ativados, diretamente associados a software identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

4.4 – Gastos subsequentes

Incorporados somente nos casos em que os benefícios econômicos futuros sejam auferidos para a entidade.

4.5 – Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda, se o objetivo da administração for a destinação para venda.

4.6 – Redução ao valor recuperável

Os valores contábeis dos ativos não financeiros (bens móveis, imóveis, terrenos e ativos intangíveis) devem ser revistos anualmente, caso haja indicação de perda no valor recuperável (NBC TG 01 (R4)).

Em 2019, não houve registro de evento que possa ter comprometido os valores registrados no ativo imobilizado e intangível. Além disso, a Empresa apresentou retorno positivo na utilização de seus ativos, haja vista o lucro apurado no encerramento do exercício, somando-se ainda o fato de que não foi apontada qualquer indicação de desvalorização dos ativos de maior representatividade da Empresa.

Assim, mostrou-se dispensável a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (NBC TG 01 (R4)).

4.7 – Provisões

São reconhecidas em razão da entidade possuir obrigações presentes associadas a eventos passados, que podem ser estimadas de maneira confiável com probabilidade de que recursos econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação na data do balanço.

4.8 – Receita operacional

Anteriormente, o reconhecimento da receita ocorria, com base na NBC TG 30, na transferência dos riscos e benefícios para o cliente, que se efetivava após a emissão de faturamento, sendo este dependente de ateste do cliente.

Nos termos da NBC TG 47, a receita pode ser reconhecida em momento específico ou ao longo do tempo. O Serpro adotou este último, estimando os serviços a faturar não abarcados pelo faturamento do período, sendo estes baixados no mês subsequente, uma vez que são objeto do próximo faturamento.

4.9 – Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme prestação do serviço correspondente.

4.9.1 – Benefícios pós-emprego

4.9.1.1 – Planos de contribuição variável

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição variável são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal.

4.9.1.2 – Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Empresa para os planos de benefício definido é calculada anualmente por uma consultoria atuarial, utilizando-se o método de Crédito Unitário Projetado (CUP). O cálculo da obrigação é realizado com base na estimativa do valor do benefício futuro, sendo descontado a valor presente e apresentado líquido de quaisquer ativos do plano.

As mensurações da obrigação líquida, que incluem os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros sobre o valor justo do ativo) e o efeito do teto do ativo, são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA). O custo líquido dos juros e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

4.9.1.3 – Programa de Assistência à Saúde

A obrigação atuarial líquida da Empresa em relação ao Programa de Assistência à Saúde (PAS/Serpro) é calculada anualmente pela mesma consultoria atuarial, utilizando-se o método de Crédito Unitário Projetado (CUP). O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período previsto em que trabalhará para a Empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As mensurações da obrigação líquida, em relação ao PAS/Serpro, são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, sendo o custo da obrigação de benefícios (despesas projetadas) reconhecidas no resultado do próximo exercício de 2020.

4.10 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

São constituídas de acordo com os procedimentos e critérios definidos pela administração, que inclui a análise das faturas a receber vencidas e incertas quanto ao seu recebimento.

O cálculo considera as faturas vencidas, utilizando-se o critério temporal. Com base no histórico, os valores vencidos há mais de 365 dias possuem maior possibilidade de não recebimento e, portanto, compõem a PECLD, salvo naqueles casos em que haja manifestação formal de pagamento por parte do cliente. São incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante, em sua integralidade.

4.11- Instrumentos Financeiros

Em relação a NBC TG 48, com aplicação a partir de janeiro de 2018, estão incluídos, no Serpro, os itens patrimoniais: fundo de aplicação extramercado; créditos a receber de clientes; investimentos em incentivos fiscais; e contas a pagar ou fornecedores e, contabilmente, não houve alteração no tratamento dado .

Nota 5 – Novas normas contábeis

5.1 – Contratos de locação de infraestrutura

Devido à entrada em vigor, para o exercício de 2019, da NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, foram analisados, com a ajuda dos gestores de contrato, diversos contratos de locação com possíveis componentes de arrendamento.

Observou-se que não existem contratos de locação para os ativos tangíveis, com exceção de um, referente a serviços de solução de infraestrutura privada para processamento, backup, proteção, aceleração de Querys e comandos SQL. Porém, a locação para este instrumento não está separada dos outros itens de software constantes da contratação, não sendo possível associar benefícios econômicos apenas aos itens de hardware isoladamente, o prazo de vigência do contrato é inferior à vida útil desses ativos, além de todos os riscos e manutenções associados a eles pertencerem à locadora.

Desta forma, o Serpro, na condição de locatário, não possui contrato formal de arrendamento nos termos da NBC TG 06, uma vez que apenas os contratos de locação de software teriam requisitos da norma, porém os ativos intangíveis estão fora do alcance da NBC TG 06 (R3), sendo-lhes aplicado o disposto na NBC TG 04 (R1).

5.2 – Contratos de locação de bens imóveis

No que diz respeito a contratos de locação de prédios em regionais, merece destaque o imóvel alugado na cidade de Belém e a justificativa do não reconhecimento deste aluguel à luz da NBC TG 06 (R3). Considerando o que dispõe umas das cláusulas do contrato de locação, qualquer tipo de reparo e benfeitoria necessárias e realizadas pelo Serpro serão indenizadas posteriormente, o que induz o entendimento de que os riscos da locação não são do Serpro.

Em sequência, o prédio de Belém não constitui unidade geradora de caixa, pois esse aluguel não está associado à fruição de benefícios econômicos futuros e às linhas de negócio atuais. Em consonância com a estratégia da direção da empresa, não há intenção da continuidade das operações nesta regional, reforçando a intenção de cessação do contrato de locação.

Somado a esse entendimento, o prazo do contrato da locação (60 meses, o que equivale a 20% do tempo esperado da utilização de um bem imóvel) é menor que a vida útil normal daquela edificação, isso reforça a caracterização de não arrendamento por parte deste contrato e por não representar período significativo em termos de depreciação, quando levado em conta a vida útil de 25 anos.

Em última análise, ainda que fosse reconhecido o seu valor subjacente como ativo, o valor presente dos fluxos futuros do contrato seriam imateriais e o custo-benefício do apuramento desta locação se tornaria diminuído face a outros bens imóveis mantidos e depreciados pelo Serpro.

Ativo

Ativo Circulante

Nota 6 - Caixa e equivalente de caixa

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ%
Bancos c/ movimento	45.140,7	487.393,9	(442.253,2)	(90,7)
Fundo de aplicação financeira	962.368,9	487,4	961.881,5	**197.361,4**
Caixa e equivalente de caixa	**1.007.509,6**	**487.881,3**	**519.628,3**	**106,5**

6.1 – Bancos conta movimento

São recursos financeiros disponíveis, depositados, em sua maioria, R$ 45,0 milhões, na conta limite de saque com vinculação de pagamento.

6.2 – Fundo de aplicação financeira

Trata-se de aplicações financeiras de alta liquidez. Nos termos estabelecidos na Resolução 3284, de 15/05/2005, do Banco Central do Brasil – BCB, a quantia de R$ 962.4 milhões foi aplicada no mercado financeiro, contemplando os seguintes fundos de investimento, lastreados em títulos públicos federais, cujas rentabilidades são atreladas à taxa SELIC:

i. BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa, gerido pelo Banco do Brasil, com rentabilidade anual de 6,8102%, cujo saldo alcançou R$ 478.2 milhões;

ii. CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1, gerido pela Caixa Econômica Federal, com rentabilidade anual de 6,7455%, cujo saldo alcançou R$ 484.2 milhões.

Nota 7 - Ativos Financeiros

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Cotas FINAM/FINOR	9.893,8	9.893,8	-	-
Correção monetária	28,9	28,9	-	-
Provisão para perdas prováveis	**(9.455,6)**	**(9.431,4)**	**(24,2)**	**0,3**
Total	**438,1**	**462,3**	**(24,2)**	**(5,2)**

Nos termos da NBC TG 48, representam instrumentos financeiros não mantidos para negociação, com opção irrevogável de reconhecimento da variação pelo Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

Estes ativos representam cotas dos seguintes fundos de investimentos:

i. FINOR, com 306.290.783 cotas escriturais, sem prazo de vencimento;

ii. FINAM, com o total de 2.420.110.239 cotas, também sem vencimento definido.

O valor justo das cotas é obtido mensalmente por meio do valor de cotação na BOVESPA (B3). Assim, são classificados como ativos financeiros de nível 1, ou seja, possuem "preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos".

Nota 8 – Clientes

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Créditos a receber de clientes a vencer	257.041,0	296.357,9	(39.316,9)	(13,3)
Créditos a receber a faturar (NBC TG 47)	152.535,8	132.216,2	20.319,6	15,4
Créditos vencidos	220.243,4	168.421,6	51.821,8	30,8
Créditos a receber	629.820,1	596.995,7	32.824,4	5,5
PECLD	(84.797,2)	(31.748,1)	(53.049,1)	167,1
Total	**545.023,0**	**565.247,6**	**(20.224,6)**	**(3,6)**

Os créditos a receber de clientes são apresentados no balanço deduzidos da PECLD. Os valores a faturar representam a estimativa de serviços prestados que, contratualmente, serão faturados no período subsequente, registro relativo a implementação da NBC TG 47.

O valor de créditos a receber de R$ 629,8 milhões está demonstrado por idade de vencimento no quadro que se segue:

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019
A vencer	257.041,0
A faturar (NBC TG 47)	152.535,8
Vencidos até 30 dias	18.467,9
Vencidos de 31 a 60 dias	18.713,2
Vencidos de 61 a 90 dias	17.130,5
Vencidos de 91 a 180 dias	25.813,3
Vencidos de 181 a 365 dias	54.432,0
Vencidos acima de 365 dias	85.686,6
Total	**629.820,1**

8.1 – Perda Estimada para Crédito em Liquidação Duvidosa

Estimada com base no processo organizacional de cobrança de débitos de clientes e de acordo com o risco de não recebimento. Em 2019, foi avaliada em R$ 84,8 milhões (R$ 31,7 milhões em 2018).

Nota 9 – Ressarcimento de Pessoal

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Créditos a receber	26.675,3	33.740,7	(7.065,4)	(20,9)
Sentenças judiciais	**54.469,6**	**54.608,7**	**(139,0)**	**(0,3)**
Total	**81.145,0**	**88.349,4**	**(7.204,4)**	**(8,2)**

O valor de créditos a receber refere-se a Notas de Ressarcimento (NR) emitidas pelo Serpro a órgãos governamentais. Trata-se do reconhecimento do direito ao reembolso do pagamento da folha de salário dos empregados cedidos a esses órgãos. Em dezembro de 2019, o Serpro possuía 2.222 empregados cedidos a órgãos governamentais (2.356 em 2018), em sua maioria lotados em órgãos vinculados ao Ministério da Economia.

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
A vencer	1.586,7	8.160,1	(6.573,4)	(80,6)
Vencidos até 30 dias	766,4	6.943,4	(6.177,1)	(89,0)
Vencidos de 31 a 60 dias	684,0	554,4	129,6	23,4
Vencidos de 61 a 90 dias	612,4	572,8	39,6	6,9
Vencidos de 91 a 180 dias	1.599,5	2.254,0	(654,5)	(29,0)
Vencidos de 181 a 360 dias	3.848,0	5.404,0	(1.556,0)	(28,8)
Vencidos acima de 360 dias	**17.578,1**	**9.851,9**	**7.726,2**	**78,4**
Em milhares de R$	**26.675,3**	**33.740,7**	**(7.065,4)**	**(20,9)**

No caso dos valores de sentenças judiciais, o saldo refere-se a acordos trabalhistas cujas obrigações constam do passivo circulante, vincendas nos próximos doze meses (NE 26)

Nota 10 – Créditos diversos a receber

O saldo de R$ 23,5 milhões representa em sua maioria (R$ 20,6 milhões), o reconhecimento no ativo circulante de parte do valor relativo a participação da patrocinadora na distribuição do Superávit do plano PSII da EFPC- Serpros (NE 17/ NE 36.1.4)

Nota 11 – Créditos tributários

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
IRPJ/CSLL a Compensar	214.099,0	171.703,0	42.396,0	24,7
IRPJ/CSLL a Recolher	(68.445,3)	(94.106,7)	25.661,4	(27,3)
PASEP/COFINS a Compensar	-	**1.543,7**	**(1.543,7)**	**(100,0)**
Total	**145.653,8**	**79.140,0**	**66.513,8**	**84,0**

O valor líquido a compensar de IRPJ e de CSLL, de R$ 145,7 milhões, representa a diferença entre as antecipações decorrentes de retenções na fonte e pagamentos realizados por estimativas, e os valores desses tributos devidos ao final do exercício. Em 2019, o saldo de PASEP e COFINS, de R$ 1,5 milhão, decorrente de pagamentos realizados a maior, foi reclassificado para tributos e encargos sociais no Passivo Circulante.

Nota 12 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Em milhares de R$

Imóvel	Valor original	Depreciação acumulada	Valor terreno	Valor contábil	Valor de mercado*
Casa – Teresópolis/RJ (recebida em acordo judicial)	246,0	-	-	246,0	400,0
Galpão – Taguatinga/DF	292,0	(58,4)	1.348,1	1.581,7	8.400,0
Imóvel localizado à R. Plínio Ramos, 99, Luz – São Paulo/SP	1.003.6	(200,7)	77,9	880,8	13.117,0
Imóvel localizado à R. Antonio Paes,114 - Luz – São Paulo/SP	2.231.0	(2.231,0)	-	-	14.017,0
Total	**3.772.6**	**(2.490,1)**	**1.426,0**	**2.708,5**	**35.934,0**

*com base em laudos de avaliação de 2017/2018

Tratam-se de imóveis que são destinados a venda. Há um firme propósito da Administração na venda desses bens e por isso os procedimentos de venda estão em andamento, conforme preconiza o Pronunciamento Contábil CPC 31 - Ativo não circulante para venda e operação descontinuada. O quadro acima demonstra o conjunto destes bens, divulgado por endereço, valor contábil e de mercado. O valor de mercado é baseado em laudos de avaliação contratados pela Superintendência Logística - SUPGL entre os anos de 2017 a 2018.

Ativo Não Circulante

Nota 13 – Depósitos judiciais e recursais

No primeiro semestre de 2019, a Superintendência Jurídica (SUPJU) iniciou trabalho de conciliação dos saldos contábeis referentes aos depósitos judiciais realizados em garantia ou de natureza recursal com os saldos constantes nas instituições financeiras conveniadas entretanto, considerando a quantidade de processo ativos ou arquivados com depósito em garantia ou recursal vinculado, não foi possível a conclusão do trabalho ainda no ano-calendário de 2019.

Até que o trabalho de conciliação e justificativa seja concluído foi constituído um redutor de ativo de depósito judicial, referente à provável baixa que será realizada em decorrência do resultado do trabalho ora em andamento. Neste caso, o valor do redutor de ativo será no montante suficiente para que o saldo líquido do depósito judicial (saldo atualmente registrado (-) ativo redutor) seja igual ao saldo constante nas contas bancárias judiciais em 31/12/2019. No encerramento do exercício de 2019, o valor do ajuste ficou em R$ 43.7 milhões.

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Depósitos judiciais e recursais	267.923,6	283.476,1	(15.552,5)	(5,5)
Ajuste de Perdas de Outros Créditos	(43.729,8)	-	(43.729,8)	100,0
Ações fiscais	6.350,6	6.350,6	-	-
Total	**230.544,3**	**289.826,7**	**(59.282,4)**	**(20,5)**

13.1 – Depósitos judiciais e recursais

Representam garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. O quadro acima demonstra os valores comparativos. Houve uma redução de 5,5% em relação ao mesmo período do ano passado e trata-se basicamente de estornos de alvarás de processos judiciais.

13.2 – Ajuste de perdas de outros créditos

Em milhares de R$

Descrição	Saldo
Contábil (SIAFI)	267.923,6
Bancário	224.193,8
Diferença	**43.729,8**

Esta conta retrata a perda dos valores relacionados a depósitos judiciais e recursais que aguardam posicionamento do jurídico para a contabilização da baixa destes depósitos judiciais e recursais. A mensuração destes valores ocorreu após nota técnica da Superintendência Jurídica (SUPJU), que identificou inconsistências dos números, promovendo assim a revisão.

13.3 – Ações fiscais

Correspondem, em sua maioria, a depósito pela não entrega das informações à RFB no formato do Manual Normativo de Arquivos Digitais (MANAD), o que resultou em multa de R$ 6,2 milhões, em valores da época. O Serpro interpôs recurso administrativo junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), de modo que o valor se mantém depositado administrativamente até o julgamento final da ação.

Nota 14 – Ressarcimento de pessoal

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
(a) Apropriação por competência	-	**39.136,5**	**(39.136,5)**	-
Férias	-	22.993,6	(22.993,6)	-
Licença-prêmio	-	**16.142,9**	**(16.142,9)**	-
(b) Sentenças judiciais (PSE)	255.243,1	309.685,4	(54.442,3)	(17,6)
(c) Provisões trabalhistas PSE	96.487,4	59.591,0	36.896,4	61,9
Total (a) + (b) + (c)	**351.730,5**	**408.412,9**	**(56.682,4)**	**(13,9)**

Apropriação por competência, representa os valores referentes às provisões de longo prazo de férias e licença-prêmio.

Até fevereiro de 2019, a cobrança de férias e licença prêmio não ocorria, somente era efetuado o provisionamento e a baixa quando do seu pagamento. Aliado a cobrança do mês, era acrescido 1/12 de 13º salário, além dos encargos patronais. A partir de março/2019, estes valores passaram a ser cobrados dentro das notas de ressarcimento do cliente. No encerramento do exercício, após consolidação do procedimento pelas áreas financeiras e gestão de pessoas, procedeu-se a baixa de férias e licença prêmio. Atualmente são cobrados : 1/12 de remuneração de férias, acrescido de 1/3 constitucional, além dos encargos patronais. Eventuais ajustes ocorrerão no mês de gozo das férias, considerando o valor cobrado durante o período aquisitivo. Aliado a isto, há também a cobrança de 1/60 de licença prêmio.

Sentenças judiciais, representam valores de processos judiciais (R$ 155,6 milhões) e valores desembolsados de processos trabalhistas (R$ 99,6 milhões) (NE29), mas que aguardam trânsito em julgado para que se configure o direito ao ressarcimento.

Provisões trabalhistas PSE, o montante refere-se aos demais processos trabalhistas de pessoal do quadro externo, conforme controle da SUPJU, no montante de R$ 96,5 milhões.

Nota 15 – Créditos tributários diferidos

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Ativo fiscal diferido	763.257,0	477.421,1	285.835,9	59,9
Passivo fiscal diferido	**(108.024,1)**	**(46.232,3)**	**(61.791,8)**	**133,7**

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Total	**655.232,9**	**431.188,9**	**224.044,1**	**52,0**

O saldo representa a diferença entre o Ativo Fiscal Diferido e o Passivo Fiscal Diferido constituídos sobre as adições e exclusões temporárias na apuração do IRPJ e da CSLL (NE 22.3. d).

Nota 16 – Clientes em avaliação de direito

Em 2015, atendendo à recomendação da Controladoria Geral da União (CGU), houve a contabilização de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, referente às faturas de clientes em avaliação de direito que se encontram para solução de controvérsia na Advocacia Geral da União (AGU).

O saldo R$ 266,1 milhões é acompanhado mensalmente e refere-se a valores compreendidos no período de 2004 a 2016.

Nota 17 – Créditos realizáveis a longo prazo

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Créditos a Receber de Fundos de Pensão	101.387,6	60.243,3	41.144,3	68,3
Demais Créd. Realiz. a Longo Prazo	**22,3**	**37,3**	**(15,0)**	**(40,3)**
Total	**101.409,9**	**60.280,6**	**41.129,3**	**-**

Os créditos realizáveis a longo prazo são compostos, principalmente pelos Créditos a receber de Fundos de Pensão.

A variação apresentada no saldo da conta em 2019 se deve ao reconhecimento da parte relativa a patrocinadora na distribuição do Superávit do plano PSII no valor de R$ 61,7 milhões divididos em 36 parcelas, sendo R$ 41,1 milhões reconhecidos nesta conta e R$ 20,5 milhões no Ativo Circulante (NE 10/ NE 36.1.4).

Compõem, ainda, o saldo da conta o valor de R$ 60,2 milhões, representado por Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC), já deduzidas as custas judiciais. O ativo está reconhecido pelo valor incontroverso, registrado como precatório pela ré, do qual a patrocinadora faz jus a 42,7% dos créditos.

Nota 18 – Ativo Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil empresarial do bem.

Em milhares de R$

Descrição	Saldo Dez/2019	Depreciação/ Amortização	Valor líquido	
			Dez/2019	Dez/2018
Edifícios	145.173,9	(41.978,4)	103.195,5	117.004,3
Terrenos	65.603,7	-	65.603,7	65.603,7
Estudos e projetos	1.765,9	-	1.765,9	-
Obras em andamento	10.124,5	-	10.124,5	13.035,4
Instalações	137.650,6	(87.065,8)	50.584,8	62.164,6
Benfeitorias propr. de terc.	1.817,2	(1.421,1)	396,1	669,6
IPC/90	19.209,6	(2.531,0)	16.678,7	16.678,6
Bens móveis	926.165,4	**(698.088,7)**	**228.076,8**	**200.203,7**
Total	**1.307.511,0**	**(831.085,0)**	**476.426,0**	**475.359,9**

18.1 - Movimentação do Imobilizado

Em milhares de R$

Descrição	Saldo Dez/2018	Adições	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo Dez/2019
Edifícios	140.611,3	-	-	4.562,6	145.173,9
Terrenos	65.603,7	-	-	-	65.603,7
Estudos e projetos	-	1.765,9	-	-	1.765,9
Obras em andamento	13.035,4	3.111,8	(17,0)	(6.005,7)	10.124,5
Instalações	136.016,9	190,7	-	1.443,1	137.650,6
Benfeitorias propr. de terc.	2.019,9	-	(202,7)	-	1.817,2
IPC/90	19.209,6	-	-	-	19.209,6
Bens móveis	871.170,6	93.081,7	(38.086,8)	-	926.165,4
Total	**1.247.667,4**	**98.150,1**	**(38.306,5)**	**-**	**1.307.511,0**

18.2 – Movimentação da Depreciação/ Amortização

Em milhares de R$

Descrição	Saldo Dez/2018	Depreciação/ Amortização	Alienações/ Baixas	Transferências	Saldo Dez/2019
Edifícios	(23.607,1)	(18.371,3)	-	-	(41.978,4)
Terrenos	-	-	-	-	-
Estudos e projetos	-	-	-	-	-
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Instalações	(73.852,3)	(13.213,5)	-	-	(87.065,8)
Benfeitorias propr. terc.	(1.350,3)	(273,5)	202,7	-	(1.421,1)
IPC/90	(2.531,0)	-	-	-	(2.531,0)
Bens móveis	(670.966,9)	**(27.215,6)**	**93,8**	**-**	**(698.088,7)**
Total	**(772.307,6)**	**(59.073,9)**	**202,7**	**-**	**(831.085,0)**

Após solicitação da auditoria independente, foi criado um Grupo de Trabalho para remensuração da depreciação dos edifícios, que havia sido cessada em 2010. Após nota técnica do grupo, apreciada pela administração, verificou-se, que de fato tratava-se de uma correção de erro, sendo efetuado a contabilização dos valores de 2010 a 2018 na conta ajustes de exercícios anteriores (R$ 18,4 milhões) e os valores de 2019 no resultado do período(R$ 1,7 milhões), conforme já explicitado na nota 2.7.

Nota 19 - Intangível

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2018	Adições	Dez/2019
Software	593.375,6	20.410,4	613.785,9
(Amortização acumulada)	**(514.597,3)**	**(35.141,0)**	**(549.738,2)**
Total	**78.778,3**	**(14.730,6)**	**64.047,7**

O saldo líquido do intangível no valor de R$ 64,0 milhões corresponde a licenças de softwares e soluções empregadas na produção de serviços.

Em milhares de R$

Descrição	%	Intangível (Dez/2019)	Amortização Acumulada	Dez/2019	Dez/2018
Brasília	0,43	314.522,6	(286.736,8)	27.785,9	37.465,4
São Paulo	0,42	241.330,8	(214.469,8)	26.861,0	27.311,3
Outros	0,15	**57.932,5**	**(48.531,7)**	**9.400,8**	**14.001,6**
Total		**613.785,9**	**(549.738,2)**	**64.047,7**	**78.778,3**

As unidades de Brasília e São Paulo concentram 85% do total do intangível, constituindo-se como os dois principais centros de dados da Empresa.

Passivo

Passivo Circulante

Nota 20 – Consignações

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Previdência social	14.474,6	14.297,6	177,0	1,2
Pensão alimentícia	20,7	17,4	3,4	19,3
Tesouro Nacional- IRRF dev. T. Nacional	48.851,6	15.463,3	33.388,3	215,9
Tributos federais retidos	12.714,5	12.658,4	56,1	0,4
ISS	846,1	942,5	(96,4)	(10,2)
Plano de previdência e assistência médica	9.329,1	8.291,2	1.037,9	12,5
Empréstimos, retenções e consignatários	**4.996,9**	**4.774,4**	**222,5**	**4,7**
Total	**91.233,5**	**56.444,7**	**34.788,8**	**61,6**

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e também tributos retidos de fornecedores.

A grande variação deste grupo, R$ 34,4 milhões, refere-se a mudança de procedimento para adequação ao e -social do recolhimento do Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre a folha de pagamento de novembro e 13° salário, que ocorreu em dezembro/2019.

Nota 21 – Tributos e encargos sociais

Trata-se das obrigações tributárias e dos encargos sociais já deduzidos os tributos a recuperar.

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Passivo fiscal diferido	75.858,8	59.755,8	16.103,0	26,9
PASEP / COFINS	48.124,8	45.993,9	2.130,9	4,6
ISS a recolher renegociado	-	25.536,9	(25.536,9)	-
ISS a recolher	8.482,1	19.548,2	(11.066,1)	(56,6)
CPRB	14.601,0	15.468,1	(867,1)	(5,6)
FGTS	8.789,0	8.182,5	606,5	7,4
Outros tributos	672,1	239,5	432,6	180,6
Total	**156.527,8**	**174.725,0**	**(18.197,2)**	**(10,4)**

21.1 – Passivo fiscal diferido

O registro em Passivo Fiscal Diferido no total de R$ 75,9 milhões refere-se a tributos incidentes sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar, decorrentes do reconhecimento da receita em conformidade com a NBC TG 47 (NE 8).

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
IRPJ/CSLL	50.098,0	37.328,0	12.770,0	34,2
PASEP/COFINS	12.881,1	11.270,1	1.611,0	14,3
CPRB	6.864,1	5.949,7	914,4	15,4
ISS e ICMS	6.015,6	5.208,0	807,6	15,5
Total	**75.858,8**	**59.755,8**	**16.103,0**	**26,9**

21.2 – PASEP/COFINS a recolher

O PASEP e a COFINS estão relacionados aos acréscimos do Contas a Receber de Cliente, tendo em vista que o recolhimento dessas contribuições ocorre por ocasião do recebimento dos clientes.

21.3 – Imposto sobre Serviços

O Supremo Tribunal Federal, através de decisão favorável proferida nos autos da Ação Cível Originária 2.658/ DF, concedeu ao Serpro a imunidade tributária recíproca sobre bens, patrimônio e serviços (NE 2.8).

A Empresa, utilizando-se da via administrativa, apresentou às Secretarias de Finanças e de Fazenda dos Municípios, pedidos de reconhecimento da imunidade tributária, provocando prioritariamente aqueles municípios de maior representatividade na arrecadação do ISS: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte e Fortaleza, que juntas representaram em 2019, 97,38% do total recolhido pelo Serpro a título de ISS.

A Prefeitura de São Paulo se pronunciou informando que para a efetivação da imunidade tributária era necessário realizar o cadastramento, através da autodeclaração, no Sistema de Declaração de Imunidade Tributária (SDI) do município. A Administração autorizou o cadastramento, e concomitantemente determinou a suspensão do recolhimento de ISS na localidade, bem como a realização de provisionamento contábil do valor correspondente ao benefício fiscal até o deferimento definitivo pela Prefeitura.

Já em Brasília, o Governo do Distrito Federal reconheceu definitivamente a imunidade tributária do Serpro através do Ato Declaratório 622 – NUBEF/GEESP/COTRI/SUREC/SEF/SEEC de 04 de outubro de 2019.

Em ambas as municipalidades, a aplicação da imunidade tributária ficou restrita a prestação de serviços a órgãos e entidades da administração pública, conforme teor da decisão do STF.

Nos demais municípios o Serpro recolhe o ISS habitualmente.

21.3.1 – ISS a recolher - renegociado

O ISS renegociado refere-se aos Parcelamentos Administrativos de Débitos Tributários (PAT) formalizados junto a Prefeitura Municipal de São Paulo entre os exercícios de 2014 e 2017.

Em virtude da aplicação da imunidade tributária, os recolhimentos decorrentes do PAT foram suspensos e o saldo do ISS renegociado de R$ 22,2 milhões foi reclassificado para o Passivo Não Circulante (NE 28).

21.3.2 – ISS a recolher

Ainda em virtude da imunidade tributária, o ISS recolhido pelo Serpro ao município de São Paulo, se restringiu, a partir de agosto de 2019, aos serviços prestados às entidades não alcançadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal.

No Distrito Federal, teve-se o mesmo entendimento, porém a aplicação se deu a partir de outubro de 2019, com a publicação do Ato Declaratório nº 622.

Nota 22 – Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O Serpro apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real na modalidade anual, e no exercício de 2019, amparado em decisão própria na Ação Cível Originária - 2.658/DF transitada em julgado, e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real, a parcela do resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e as entidades públicas, mantendo a tributação sobre o lucro decorrente do resultado da parcela não imune.

Por inexistir regra específica quanto à escrituração nas obrigações acessórias de método para apuração proporcional dos resultados auferidos da prestação de serviços, separando os lucros oriundos com o poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado, o Serpro adotou como referência o método do lucro da exploração, previsto no art. 626 do Regulamento do Imposto de Renda e na Instrução Normativa 262/2002 - art. 62, excluindo do Lucro Real a parcela dos lucros auferidos alcançados pela imunidade, conforme demonstrado na Nota 22.2.

A Administração do Serpro entende que, o fato das obrigações acessórias não contemplarem a forma específica para a apuração do tributo não pode ser obstáculo à fruição de um status jurídico decorrente de decisão judicial transitada em julgada proferida pelo Supremo Tribunal Federal, e que a fórmula de cálculo adotada segue a legislação tributária atualmente em vigor.

Isso posto, considerando que há precedentes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais versando sobre casos de imunidade recíproca e que a decisão do Supremo Tribunal Federal foi direta na segregação das receitas imunes e não imunes, entende que o risco de contingência pela fruição de imunidade recíproca é remota.

No decorrer do ano de 2020, com a realização de estudos técnicos e das revisões das obrigações tributárias administradas pela RFB, condição prévia para o protocolo do pleito administrativo de restituição de créditos tributários, serão reconhecidos contabilmente os efeitos da imunidade tributária recíproca a períodos pretéritos, caso aplicável.

22.1. - Demonstração do cálculo dos tributos sobre o lucro - IRPJ e CSLL

Em milhares de R$

Descrição	IRPJ	CSLL	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ %
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	**460.327,1**	**460.327,1**	**460.327,1**	**605.415,1**	**(145.088,0)**	**(24,0)**
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(115.081,8)	(41.429,4)	(156.511,2)	(205.841,1)	49.329,9	(24,0)
(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:	**84.811,1**	**3.254,8**	**88.065,9**	**111.734,5**	**(23.668,6)**	**(21,2)**
Incentivos fiscais e redução da base	1.347,0	-	1.347,0	2.695,6	(1.348,6)	(50,0)
Despesas não dedutíveis e ganhos não tributáveis	(1.097,0)	(328,5)	(1.425,5)	1.038,0	(2.463,5)	(237,3)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituído em ativo fiscal diferido anteriormente	13.550,5	16.360,5	29.911,0	41.486,7	(11.575,7)	(27,9)
Juros sobre capital próprio	19.041,8	6.855,1	25.896,9	17.686,4	8.210,5	46,4
Exclusão de lucro atribuído ao setor público (NE 22.2)	106.503,1	-	106.503,1	-	106.503,1	-
Adições e exclusões s/ diferenças temporárias que afetaram a DRE (NE 22.3)	(54.534,3)	(19.632,3)	(74.166,6)	50.123,9	(124.290,5)	(248,0)
Outras adições	-	-	-	**(1.296,1)**	**1.296,1**	-
(c) Total dos tributos correntes (a) + (b)	(30.270,7)	(38.174,6)	(68.445,3)	**(94.106,6)**	**25.661,3**	**(27,3)**
Constituição/realização de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	54.534,3	19.632,3	74.166,6	(55.418,1)	129.584,7	(233,8)
Constituição de AFD sobre base negativa de CSLL	-	20.801,0	20.801,0	-	20.801,0	-
Compensação prejuízo fiscal e base negativa da CSLL utilizado no PERT	-	-	-	**3.812,1**	**(3.812,1)**	-
(d) Total dos tributos diferidos (NE 22.3)	54.534,3	40.433,3	94.967,6	(51.606,0)	146.573,6	(284,0)
(e) Total dos tributos correntes e diferidos (c) + (d)	**24.263,6**	**2.258,7**	**26.522,3**	**(145.712,6)**	**172.234,9**	**(118,2)**
Alíquota efetiva (Total / Lucro)			5,8	(24,1)		

As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os tributos correntes e diferidos que, confrontados com o lucro contábil (R$ 460,3 milhões), resultou numa alíquota efetiva negativa de 5,8% em 2019, equivalente a receita de R$ 26,5 milhões. Esse resultado foi influenciado principalmente pela exclusão de lucro atribuído ao setor público (NE 22.2 e 22.4) e pela constituição de Ativo Fiscal Diferido sobre as adições e exclusões temporárias e sobre o saldo da Base Negativa da CSLL (NE 22.4).

O Ativo Fiscal Diferido de R$ 20,8 milhões sobre o saldo da Base Negativa - CSLL foi constituído em virtude da projeção de lucros futuros e obtenção de lucros tributáveis nos últimos exercícios. Entretanto, não foi constituído o AFD de R$ 89,3 milhões sobre o saldo do Prejuízo Fiscal – IRPJ (R$ 357,0 milhões) em virtude da aplicação da imunidade tributária (NE 22.4 . b).

22.2 - Demonstração da apuração do Lucro atribuído ao setor público

Em milhares de R$

Descrição	%	Dez./2019
Receita Operacional Líquida		2.859.075,4
(-) Receita operacional líquida a faturar		(16.986,7)
Receita Operacional Líquida a distribuir		2.842.088,8
Receita líquida atribuída ao setor público	89,5834	2.546.039,7
Receita líquida atribuída a entidade de direito privado	10,4166	296.049,0
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro		460.327,1
Adições		28.875,8
Outras despesas e outras receita (Lei nº 6.404/1976, art. 187, IV)		38,7
Tributos com exigibilidade suspensa		26.970,7
Realização de reservas de reavaliação		1.668,9
Ajuste positivo de diferenças nos termos do art. 58 da Lei nº 12.973/2014		197,7
Exclusões		(13.654,7)
Outras receita (Lei nº 6.404/1976, art. 187, IV)		(21,6)
Receitas financeiras excedentes das despesas financeiras		(13.633,2)
Lucro Líquido ajustado a atribuir		475.548,2
Lucro atribuído ao setor público Imune de IRPJ	89,5834	426.012,2
Lucro atribuído a parcela não imune do IRPJ	10,4166	49.536,0

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R$ 426 milhões), que corresponde a exclusão de R$ 106,5 milhões do IRPJ corrente em dezembro de 2019.

As receitas financeiras excedentes das despesas financeiras divergem do Resultado Financeiro, da demonstração de resultado, devido a exclusão de descontos concedidos deste cálculo.

22.3 – Movimentação dos saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2018	DRE	PL	Dez/2019	Δ$	Δ%
(a) Passivo fiscal diferido (PC) (NE 15)	(37.328,0)	(12.770,0)	-	(50.098,0)	(12.770,0)	34,2
Provisão ativa – estimativa de receitas CPC 47	(37.328,0)	(5.775,5)	-	(43.103,5)	(5.775,5)	15,5
Distribuição de Superávit SERPROS	-	(6.994,5)	-	(6.994,5)	(6.994,5)	-
(b) Ativo fiscal diferido (PNC)	477.421,1	128.783,0	157.052,9	763.257,0	285.835,9	59,9
Provisões trabalhistas e cíveis	79.392,6	49.062,0	-	128.454,6	49.062,0	61,8
Passivos atuariais	240.811,8	14.400,7	157.052,9	412.265,4	171.453,6	71,2

Descrição	Dez/2018	DRE	PL	Dez/2019	Δ$	Δ%
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	101.268,4	18.036,7	-	119.305,1	18.036,7	17,8
Perdas estimadas em Depósitos Judiciais	-	14.868,1	-	14.868,1	14.868,1	-
Licença–prêmio	39.700,2	2.127,8	-	41.828,0	2.127,8	5,4
Plano de previdência complementar	9.828,9	-	-	9.828,9	-	-
Provisão para ressarcimento a clientes	3.212,5	308,4	-	3.520,9	308,4	9,6
Provisão para perdas prováveis	3.206,7	8,2	-	3.214,9	8,2	0,3
Provisão ISS suspenso	-	9.170,1	-	9.170,1	9.170,1	-
Saldo da Base Negativa de CSLL	-	20.801,0	-	20.801,0	20.801,0	-
(c) Passivo fiscal diferido (PNC)	(46.232,3)	(21.045,2)	(40.746,6)	(108.024,1)	(61.791,8)	133,7
Processos trabalhistas – PSE	(20.261,0)	(12.544,8)	-	(32.805,8)	(12.544,8)	61,9
Provisão ativa – LFTSC	(20.482,7)	-	-	(20.482,7)	-	-
Provisão ativa – Licença-prêmio – PSE	(5.488,6)	5.488,6	-	-	5.488,6	-
Distribuição de Superávit SERPROS	-	(13.989,0)	-	(13.989,0)	(13.989,0)	-
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	-	-	(40.746,6)	(40.746,6)	(40.746,6)	-
(d) Créditos fiscais diferidos (PNC) (b)+(c)	431.188,8	107.737,8	116.306,3	655.232,9	224.044,1	52,0
(e) Total créditos fiscais diferidos (a) + (d)	393.860,8	94.967,8	116.306,3	605.134,9	211.274,1	53,6

O saldo de R$ 605,2 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R$ 763,3 milhões) e o passivo fiscal diferido do circulante (R$ 50 milhões) e não circulante (R$ 108 milhões), relativos a IRPJ e CSLL sobre diferenças intertemporais reconhecidas na demonstração de resultado e no patrimônio líquido.

22.4 - Reflexo da aplicação da Imunidade Tributária no IRPJ

A aplicação da imunidade tributária gerou um acréscimo de R$ 16,6 milhões no resultado dos tributos correntes e diferidos:

a) Tributos correntes - o efeito foi uma economia de R$ 73,9 milhões pela exclusão do lucro atribuído ao setor público de R$ 426, 0 milhões (NE 22.2), com reflexo no incentivo fiscal e na compensação do prejuízo fiscal.

Em milhares de R$

Descrição	IRPJ e CSLL Com Imunidade	IRPJ e CSLL Sem Imunidade	Efeito Líquido
Lucro antes dos tributos	460.327,1	460.327,1	-
(a) Tributos sobre o lucro à 34%	(156.511,2)	**(156.511,2)**	-
(b) Ajustes que afetaram os tributos:	88.065,9	14.139,0	**73.926,9**
Incentivos fiscais e redução da base	1.347,0	1.972,3	(625,3)
Demais ajustes referentes a adições, exclusões que afetaram o cálculo dos tributos (NE 22.1)	(49.695,2)	(49.695,2)	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público (NE 22.2)	106.503,1	-	106.503,1
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base negativa não constituído anteriores em AFD	29.911,0	61.861,9	**(31.950,9)**
(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (NE 22.1) (a) + (b)	(68.445,3)	(142.372,2)	**73.926,9**

b) Tributos diferidos - na aplicação da imunidade tributária não foi constituído Ativo Fiscal Diferido (AFD) sobre o saldo de prejuízo fiscal (PFD)de IRPJ (NE 22.1). Sem a aplicação da imunidade seria constituído AFD de R$ 57,3 milhões.

Em milhares de R$

Descrição	Com Imunidade		Sem Imunidade	
	Prejuízo Fiscal	AFD não Constituído	Prejuízo Fiscal	AFD não Constituído
Saldo em Dez/2018	**411.248,2**	**102.812,1**	**411.248,2**	**102.812,1**
Compensação de 30% em 2019	(54.201,8)	(13.550,5)	(182.005,5)	(45.501,4)
Saldo em Dez/2019	**357.046,4**	**89.261,6**	**229.242,7**	**57.310,7**

No balanço patrimonial, o acréscimo de R$ 16,6 milhões do resultado de IRPJ e CSLL em virtude da aplicação da imunidade tributária para o IRPJ é refletido nos créditos tributários do ativo circulante e não Circulante, em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

Em milhares de R$

Balanço Patrimonial	Dez/2019 Com Imunidade	Dez/2019 Sem Imunidade	Efeito Líquido
Ativo	800.886,6	784.270,4	16.616,2
Créditos Tributários (NE 11)	145.653,7	71.726,8	73.926,9
IRPJ/CSLL a Compensar	214.099,0	214.099,0	-
IRPJ/CSLL a Recolher	(68.445,3)	(142.372,2)	**73.926,9**
Ativo Não Circulante			
Créditos Tributários (NE 22.4)	655.232,9	712.543,6	**(57.310,7)**
Patrimônio Líquido			
Resultado do Exercício antes das Destinações	486.849,5	470.233,2	16.616,2

Nota 23 - Fornecedores

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ%
A vencer	103.589,0	126.499,0	(22.910,0)	(18,1)
Vencidas	-	42,6	(42,6)	-
Total	**103.589,0**	**126.541,6**	**(22.952,6)**	**(18,1)**

Houve uma redução de R$ 22,9 milhões, em relação ao ano anterior, das obrigações a pagar junto a fornecedores. Desde 2018, os acordos de renegociação de dívidas foram quitados e não há pagamentos em atraso.

Nota 24 - Pessoal a Pagar e Encargos trabalhistas

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ%
Ações de preparação para aposentadoria (APA)	-	7.443,9	(7.443,9)	-
Férias (NE 25)	168.677,7	161.942,0	(6.735,7)	4,2
Licença prêmio (NE 25)	123.023,5	116.765,3	6.258,3	5,4

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Pessoal a pagar	3.851,7	3.119,5	732,2	23,5
Total	295.552,8	289.270,6	6.282,2	2,8

Nota 25 - Obrigações com pessoal – férias e licença prêmio

Em milhares de R$

Descrição	Provisões	Encargos	Adiantamentos	Saldo
Férias	155.523,9	33.488,6	(20.334,8)	168.677,7
Licença–prêmio	122.237,9	785,6	-	123.023,5
13º Salário	-	-	-	-
Total	277.761,8	34.274,2	(20.334,8)	291.701,2

A apropriação dessas despesas ocorre mensalmente (NBC TG 33 (R2)). No caso da licença-prêmio, a cada 5 anos, o empregado possui o direito de gozo ou conversão em pecúnia, correspondente a um mês de remuneração.

Nota 26 – Processo trabalhista a pagar

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Acordo - Processo trabalhista – Pessoal do quadro externo	54.469,6	54.608,7	(139,1)	(0,3)
Acordo - Processo trabalhista – Pessoal do quadro interno	10.744,4	19.874,8	(9.130,4)	(45,9)
Total	65.214,1	74.483,5	(9.269,4)	(12,4)

Representa as parcelas vincendas nos próximos doze meses referentes aos acordos judiciais homologados com empregados do quadro externo cedidos à RFB e quadro interno.

Em relação ao quadro externo, mensalmente, conforme desembolso, o Serpro emite Notas de Ressarcimento, as quais são pagas pela União (NE 9, NE 14).

Quanto aos empregados do quadro interno, o saldo a pagar refere-se a parcelas de acordo judicial para a reclamação trabalhista de reintegração e seus respectivos efeitos financeiros retroativos (NE 29).

Nota 27 – Plano de Previdência Complementar

O saldo de R$ 37,9 milhões corresponde, sobretudo, aos valores reconhecidos de R$ 28,9 milhões a título do não pagamento de encargos moratórios junto à EFPC a seguir detalhados:

(i) Ação de cobrança de parte relacionada, Processo 0012357-70.2016.401.3400 (CIV-0002/2016), movida pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado em face do Serpro, alegando divida oriunda do não pagamento dos juros incidentes no período de suspensão pelo TCU dos valores devidos a título de aporte financeiro destinado a viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II - amortização da dotação inicial - parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90 - "amortização extraordinária". O processo está na fase de instrução, na primeira instância. Até 05/12/2019, não havia sido prolatada a sentença; e

(i) Ação de cobrança de parte relacionada, Processo 00026272-89.2016.4.01.3400 (CIV-0057/2017), movida pelo SERPROS Fundo Multipatrocinado em face do Serpro, alegando suposta divida oriunda do não pagamento de encargos incidentes no período compreendido entre abril de 2013 a fevereiro de 2016 referentes aos termos de acordo para parcelamento do aporte financeiro específico, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro para o Plano Serpro II e seus aditivos, termo de amortização da dotação inicial e termo de parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na Lei nº 8.020/90, além da cobrança de encargos incidentes sobre as contribuições paritárias devidas aos planos de benefícios do SERPROS. Até 05/12/2019, não havia sido prolatada a sentença.

O valor restante, de R$ 9,0 milhões, representa as contribuições paritárias a pagar na data do encerramento do balanço..

Passivo Não Circulante

Nota 28 –Obrigações tributárias

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
ISS a recolher renegociado	38.755,1	31.277,0	7.478,1	23,9
ISS a recolher	26.874,3	-	26.874,3	-
PASEP/COFINS a recolher	14.574,4	14.574,4	-	-
Total	80.203,8	45.851,4	34.352,4	74,9

O conjunto dessas obrigações vincendas após doze meses do encerramento do exercício social alcançam R$ 80,2 milhões, assim constituídas:

i. ISS a recolher renegociado refere - se em sua maioria, R$ 22,2 milhões a valores transferidos do passivo circulante em decorrência da imunidade tributária, ação de antecipação de tutela - liminar para suspensão de pagamento. (NE 21.3.1)

ii. ISS a recolher - Trata-se de obrigação provisionada no valor de R$ 26,9 milhões, devido a aplicação da imunidade tributária no município de São Paulo. (NE 21.3.2)

iii. PASEP – COFINS referem-se às contribuições incidentes sobre as faturas em avaliação de direito classificadas no ativo não circulante;

Nota 29 – Processo trabalhista a pagar

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Acordo - Processo trabalhista – Pessoal do quadro externo	99.655,8	154.125,4	(54.469,6)	(35,3)
Acordo - Processo trabalhista– Pessoal do quadro Interno	18.401,2	26.114,8	(7.713,6)	(29,5)
Total	118.056,9	180.240,2	(62.183,3)	(34,5)

Representa as parcelas vincendas após os próximos doze meses de acordos judiciais do processo movido por integrantes do quadro externo (R$ 99,6 milhões) e do quadro interno (R$ 18,4 milhões) perfazendo um saldo na referida conta de R$ 118 milhões.

Nota 30 – Provisões trabalhistas, cíveis e administrativas

30.1 – Classificação dos riscos das provisões trabalhistas e cíveis

Os advogados classificam os processos e atribuem o risco, com base no histórico do pedido, na experiência e no andamento do processo. O risco compõe o valor esperado no sentido de atender o item 43 do NBC TG 25 que trata sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os riscos processuais são classificados no Serpro da seguinte forma:

- **Provável (51 a 100%):** classificação aplicada para denotar que o risco de desfecho desfavorável ao Serpro muito alto, apesar de não ter ocorrido, ou quando a chance de ocorrer um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis é maior do que a de não ocorrer. A classificação do risco de um processo como provável denota um prognóstico de perda da ação, em razão de elementos ou indicativos como a tendência jurisprudencial que se mostra desfavorável à tese da Empresa, teses anteriores apreciadas em tribunais superiores quando matérias de direito estão envolvidas e dificuldade para produção de provas, quando se trata de litígio que envolve matéria de fato. Os valores referentes a processos judiciais classificados com risco provável são contabilizados como passivo.

- **Possível (21 a 50%):** demonstra que a possibilidade de ocorrer um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis à Empresa é menor que provável e maior que remota. Um prognóstico de possível perda da ação denota que o insucesso pode ocorrer, no entanto, os elementos ou dados são inexistentes ou insuficientes para formação de convicção quanto à tendência de êxito ou insucesso no processo em questão. Processos, cuja classificação de risco corresponde a possível, são inseridos nas notas explicativas (na seção de passivos contingentes), mas não estão reconhecidas e evidenciadas nas Demonstrações Contábeis.

- **Remoto (0 a 20%):** classificação empregada quando a chance de um ou mais eventos ou decisões desfavoráveis ser proferida é reduzida, configurando-se como um processo que dificilmente trará perdas ou prejuízos ao Serpro, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

O passivo contingente do Serpro é formado por processos judiciais, desta forma são reunidos numa única classe de passivo, apesar de haver controles individuais para cada processo, sendo seu patrocínio realizado por advogados inscritos no órgão de classe, conforme determina a legislação.

O Serpro em 2019 iniciou o trabalho de revisão de apuração do passivo, sendo realizadas as seguintes atividades:

i. Cálculo individual dos valores discutidos nas ações ;

ii. Revisão do risco de perda atribuído a cada processo ;

iii. Revisão da base de dados constante no SIJUS. Parcela substancial dessas atividades foram concluídas e uma parcela mínima ainda está sendo analisada, com previsão de conclusão durante o exercício de 2020. Importa lembrar que a revisão do passivo é atividade contínua, na medida em que os processos estão em tramitação e que os riscos são reavaliados a cada andamento processual.

Este trabalho de revisão é feito paripassu com o trabalho de ajuste dos depósitos judiciais, evidenciado na nota 13, com a intenção de apresentar o melhor reporting possível, o usuário da informação deve considerá-las em conjunto.

30.2 – Provisões trabalhistas e cíveis

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018
Provisões trabalhistas e cíveis	377.807,7	233.507,8

São provisionados os processos classificados como prováveis, em que a Empresa é ré e estão em fase de execução (ou seja, não há dúvida da existência do evento passado), a estimativa é realizada pelo método do Valor Esperado, de acordo com a interpretação da NBC TG 25 (R1) (item 40).

O risco é atribuído pelo advogado e o valor apurado por perito assistente com base no valor homologado de sentença de execução. A maioria dos processos são de natureza trabalhista, representando mais de 98% do passivo provisionado.

A Administração entende que as provisões de R$ 377, 8 milhões constituídas para fazer frente a processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar, os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis (NBC TG 25). Os processos classificados como possíveis totalizam: R$ 10,9 milhões.

Em milhares de R$

Saldo da provisão 31/12/2018	233.507,8
Processos que entraram na provisão	203.572,4
Processos que saíram da provisão	(49.165,0)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	27.307,2
Redução nos processos anteriormente provisionados	(37.414,7)
Saldo da provisão 31/12/2019	377.807,7

O Serpro espera que parte do passivo seja reembolsado, desta forma, e seguindo a NBC TG 25 (item 53), é contabilizado um ativo das ações de empregados cedidos, já que destes se espera a devolução dos valores desembolsados, o total do passivo deste grupo de ações é R$ 96,5 milhões; abaixo um quadro discriminatório da provisão e dos valores esperados de reembolso.

Em milhares de R$

Tipo de ação	Valor em R$
Sem expectativa de reembolso	281.320,2
Com expectativa de reembolso	96.487,5
Saldo da provisão 31/12/2019	377.807,7

Como o fundamento do reembolso é legal, e a administração pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, a administração do Serpro julga que o reembolso é praticamente certo.

No exercício anterior foram elencados como fatores estruturantes:

i. alteração da forma de atualização dos débitos trabalhistas;

ii. reforma trabalhista e

iii. Ação cível originária onde foi reconhecida a Imunidade (sub-item 3 desta parte das Notas Explicativas) Tributária para o Serpro.

Dos fatores estruturantes que estavam como incertos ano passado, foi possível identificar, o efeito da "Reforma Trabalhista", a qual diminuiu a quantidade de novas ações, apresentando um horizonte positivo de controle e diminuição do passivo judicial contingente.

O outro fator "alteração da forma de atualização dos débitos trabalhistas", teve sua incerteza diminuída em 2019, porém a tabela única de correção monetária trabalhista, continua sendo elaborada com a TR, novos critérios de atualização monetária foram revelados com a publicação da Medida Provisória - MP 905/2019, mas sem impacto na tabela única, pela cautela continuaremos acompanhando a evolução do entendimento dos novos critérios de correção monetária, até que convirjam para uma nova tabela única ou critérios únicos da Justiça Trabalhista.

Existe um trabalho contínuo para diminuição do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis, reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor, e o Serpro continua empenhado em celebrar acordos benéficos para a empresa.

30.3 – Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil (NBC TG 25 (R2)), o que não representa o reconhecimento da perda dos processos por parte da Empresa.

30.4 – Provisões para perdas administrativas

Em consequência da conquista pelo Serpro da imunidade tributária em serviços prestados para entes públicos, foi realizada uma provisão administrativa de R$ 10.3 milhões visando o ressarcimento a clientes.

Nota 31 – Benefícios pós-emprego

Grupo composto pelas provisões efetuadas com base em parecer emitidos pela Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda (consultoria atuarial), em atendimento à NBC TG 33 (R2).

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Plano de Previdência Complementar – PS-I (NE 36.1)	1.048.500,4	539.369,0	509.131,4	94,4
Programa de Assistência à Saúde – PAS/Serpro (NE 36.2)	164.045,1	168.901,1	(4.856,1)	(2,9)
Total	1.212.545,5	708.270,1	504.275,3	71,2

Nota 32 – Patrimônio Líquido

O aumento do patrimônio líquido em R$ 8,8 milhões, consequência da evolução de R$ R$ 978,4 milhões (2018) para R$ 987,3 milhões (2019), está associado às seguintes ocorrências:

i) Ocorrência com impacto positivo (R$ 486,8 milhões):

Resultado do exercício apurado na Demonstração do Resultado do Exercício;

ii) Ocorrências com impacto negativo (R$ 478,0 milhões):

Baixa da reserva de reavaliação correspondente aos bens imóveis, apurado por grupo especial de trabalho, segundo orientação da auditoria independente (R$ 16,7 milhões em ajustes de exercícios anteriores e R$ 1,7 milhões no exercício de 2019) e a contabilização de tributos sobre a reserva de R$ 40,7 milhões;

Declaração de juros sobre capital próprio e dividendos (R$ 115,6 milhões);

Outros resultados abrangentes, impactados sobretudo pelo reconhecimento de perdas atuariais líquidas de R$ 304,8 milhões relativas ao plano de previdência complementar.

O Patrimônio Líquido do Serpro é composto conforme subitens a seguir:

32.1 – Capital Social

O capital social do Serpro perfaz R$ 1.061,0 milhões, integralmente subscrito pela União, conforme consta do Art. 5º do Estatuto Social da Empresa.

32.2 – Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis

Foi constituída com base em laudo de reavaliação, efetuada em 2005. O saldo de R$ 138,2 milhões desta reserva é mantido até sua total realização de acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007.

Em 2019 foi constituído grupo interno de trabalho a fim de se proceder estudo sobre o custo atribuído (deemed cost) , readequação dos percentuais de depreciação em função da vida útil e valor residual dos bens. O resultado foi a realização parcial da reserva de reavaliação contra ajuste de exercícios anteriores e, também, no exercício corrente. O ajuste culminou com a atualização no saldo da reserva em 2019 para R$ 79,0 milhões (NE 2.7)

32.3 – Reserva de Lucros

No encerramento do exercício de 2019, o Serpro apresenta saldo em duas contas de reserva de lucros: Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros.

32.3.1 – Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido ajustado do exercício, até o limite de 20% do capital social, observado o limite para constituição de 30% da reserva legal somada com as reservas de capital, conforme Art. 193 da Lei nº 6.404/1976 e Art. 36, § 3º, Inciso I, do Estatuto Social. O saldo da reserva em 2019 totaliza R$ 35,2 milhões (R$ 11,0 milhões em 2018.

32.3.2 – Reserva de Retenção de Lucros

Após a constituição da Reserva Legal e destinação de 25% do lucro ajustado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, o saldo remanescente destina-se para pagamento de dividendo adicional ou constituição de outras reservas de lucros, nos termos da lei, sendo que a retenção para investimento deverá ser acompanhada de justificativa técnica aprovada pelo Conselho de Administração, conforme Art. 36, § 4º do Estatuto Social.

Consta da proposta de destinação do lucro do exercício a previsão de retenção de R$ 346,9 milhões (156,1 milhões em 2018), ao saldo remanescente do lucro, totalizando R$ 504,6 milhões.

A reserva destina-se à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração. Em 2020, a reserva pode fazer lastro para concretização de ações previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2020, dentre outras prioridades que a administração julgar pertinente e prioritárias de acordo com a estratégia definida no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), ambos os documentos elaborados de acordo com a Resolução CGPAR nº11/2016.

32.4 – Outros Resultados Abrangentes

Representam itens de receita e despesa que não transitam pelo resultado do exercício (NBC TG 26 (R5)). No Serpro, o saldo de R$ 692,6 milhões (R$ 387,8 milhões em 2018) representa o reconhecimento ao longo dos exercícios de perdas atuariais calculadas por consultoria atuarial e de Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP) de ativos financeiros mensurados pelo valor justo em outros resultados abrangentes. (NE 36.1).

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019*	Dez/2018*	Δ$
AAP Saldo Inicial	(387.774,80)	(356.123,21)	**(31.651,59)**
AAP de passivo atuarial – Plano de Previdência Complementar	(317.123,60)	(30.241,19)	**(286.882,41)**
AAP PAS Serpro	12.256,10	-	**12.256,10**
AAP de ativos financeiros – Investimentos em Incentivos Fiscais	(24,20)	(1.410,40)	**1.386,20**
AAP Saldo Final	**(692.666,50)**	**(387.774,80)**	**(304.891,70)**

*Valores líquidos de tributos

No exercício de 2019, destaca-se o reconhecimento de perdas atuariais, em sua maioria no valor, líquido de tributos, de R$ 317,1 milhões, efetuado com base em parecer da Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda. consultoria atuarial especializada (NE 36.1).

A partir do exercício 2019, os ganhos ou perdas atuariais vinculados ao passivo do plano de saúde PAS/Serpro passaram a ser registrados em outros resultados abrangentes, com saldo líquido de R$ 12,3 milhões. Em 2018, a contrapartida do saldo inicial desse passivo foi reconhecida em prejuízos acumulados, uma vez que se refere ao primeiro registro da obrigação e somente a partir deste saldo é possível efetuar os cálculos futuros de ganhos ou perdas, conforme parecer de consultoria atuarial.

32.5 – Lucros e Prejuízos acumulados

O saldo do lucro apurado em 2019 foi integralmente distribuído nas contas do patrimônio líquido.

Em milhares de R$

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Lucro Líquido do Exercício	**486.849,5**
Saldo antes da destinação dos resultados	**486.849,5**
Constituição da reserva legal	24.342,5
Juros sobre capital próprio imputados ao dividendo mínimo obrigatório	115.626,7
Constituição de reserva de retenção de lucros para investimento	346.880,2
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

Nota 33 – Resultado do exercício

33.1 – Receita Bruta

No exercício de 2019, o faturamento bruto apresentou acréscimo de R$ 132 milhões o que equivale a um aumento de 4% em comparação com o exercício anterior.

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ%
Hospedagem de aplicações	2.326.657,10	2.172.895,4	153.761,7	7,1
Desenvolvimento e manutenção de software	270.369,71	302.027,2	(31.657,5)	(10,5)
Administração de rede de longa distância	142.186,53	215.210,0	(73.023,5)	(33,9)
Atendimento a ambientes de rede local	191.228,19	198.222,1	(6.993,9)	(3,5)
Gestão de margem consignável	60.619,62	65.314,7	(4.695,1)	(7,2)
Emissão de CNH	37.586,14	39.850,2	(2.264,1)	(5,7)
Emissão de certificado digital	36.514,75	39.623,6	(3.108,8)	(7,8)
Denatran consulta online	40.676,59	37.977,9	2.698,7	7,1
Atendimento a usuário	26.249,72	33.607,2	(7.357,4)	(21,9)
Infoconv	41.949,55	32.654,2	9.295,3	28,5
Demais obrigações de desempenho	241.390,25	145.862,9	95.527,3	**65,5**
Total	**3.415.428,1**	**3.283.245,4**	**132.182,7**	**4,0**

Apresentamos abaixo quadro com a composição do faturamento bruto com os clientes que mais contribuíram com a variação apresentada em comparação ao faturamento bruto do exercício anterior.

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ%
Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB	1.718.846,6	1.509.651,8	209.194,81	13,9
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG	314.450,2	237.961,9	76.488,32	32,1
Caixa Econômica Federal - GILOG/BR - CEF	38.417,2	18.542,9	19.874,22	107,2
Ministério da Infraestrutura - MI	19.755,7	6.962,4	12.793,33	183,7
Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania - AMC	11.525,2	723,3	10.801,88	1.493,4
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas - SEBRAE	23.741,5	135.561,7	(111.820,23)	(82,5)

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ%
Ministério da Justiça - Coordenação-Geral de Logística - MJ	17.789,3	64.109,9	(46.320,66)	(72,3)
Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal	62.719,1	96.091,8	(33.372,62)	(34,7)
Ministério do Trabalho - Coordenação-geral de rec. logísticos - CGRL/MTE	31.001,7	55.936,4	(24.934,74)	(44,6)
Ministério das Cidades - MC	81.799,7	100.561,3	(18.761,60)	(18,7)
Demais Clientes	1.095.381,9	1.057.141,9	38.240,01	**3,6**
Total	**3.415.428,1**	**3.283.245,4**	**132.182,7**	**4,0**

A variação apresentada se deve, principalmente, ao aumento de R$ 209,1 milhões no faturamento do contrato com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e de 76,4 milhões no faturamento com o Ministério do Planejamento. Destacamos, ainda, alguns contratos que impactaram essa variação negativamente, a diminuição em 111 milhões no faturamento com o SEBRAE e em 46 milhões com o Ministério da Justiça.

Apresentamos a receita bruta por obrigação de desempenho, demonstrando os valores a faturar baixados e registrados no exercício de 2019, relativos ao reconhecimento por estimativa da receita em consonância com a NBC TG 47.

Em milhares de R$

Descrição	Faturamento Bruto 2019	Baixa de valores a faturar	Valores a faturar	Receita Bruta 2019	Receita Bruta 2018
Hospedagem de aplicações	2.326.657,1	(84.550,3)	95.281,2	2.337.388,0	**2.172.895,4**
Desenvolvimento e manutenção de software	270.369,7	(16.658,3)	17.950,5	271.661,9	**302.027,2**
Atendimento a ambientes /Administração de rede local	191.228,2	(8.776,4)	10.014,9	192.466,7	**215.210,0**
Administração de rede de longa distância	142.186,5	(9.515,5)	16.218,7	148.889,8	**198.222,1**
Gestão de margem consignável	60.619,6	(1.315,7)	1.645,2	60.949,1	**65.314,7**
Denatran consulta online	44.706,4	(952,1)	2.791,8	46.546,1	39.850,2
Emplaca – Sistema nacional de emplacamento	40.676,6	-	542,8	41.219,4	**39.623,6**
Infoconv	41.949,5	(884,5)	829,3	41.894,4	**37.977,9**
Emissão de CNH	37.586,1	-	1.031,4	38.617,5	33.607,2
Emissão de certificado digital	36.514,8	(915,1)	238,8	35.838,4	**32.654,2**
Demais obrigações de desempenho	222.933,6	(8.648,3)	5.991,1	220.276,5	**173.315,9**
Total	**3.415.428,1**	**(132.216,2)**	**152.535,8**	**3.435.747,7**	**3.310.698,5**

33.2 – Receita Líquida

Apresentamos o quadro abaixo com a composição da receita operacional líquida:

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ %
Receita bruta	**3.435.747,7**	**3.310.698,5**	**125.049,3**	**3,8**
(-) ISS	(118.262,1)	(130.395,8)	12.133,7	(9,3)
(-) PIS / PASEP	(52.969,7)	(50.336,0)	(2.633,7)	5,2
(-) COFINS	(244.000,7)	(231.876,7)	(12.124,0)	5,2
(-) ICMS	(118,1)	(145,8)	27,7	(19,0)
(-) INSS patronal	(154.427,9)	(148.829,8)	(5.598,1)	3,8
(-) Descontos concedidos	(3.675,1)	(1.987,6)	(1.687,5)	84,9
(-) Vendas canceladas	(3.218,6)	(229,1)	(2.989,5)	1.304,8
Receita operacional líquida	**2.859.075,4**	**2.746.897,6**	**112.177,8**	**4,1**

O valor apresentado em 2018 da receita operacional líquida foi ajustado para fins de comparabilidade com o exercício de 2019, conforme detalhado na NE 32.7 Despesa Financeira.

33.3 – Resultado do Exercício

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	Δ$	Δ%
Receita Operacional Líquida	2.859.075,4	2.746.897,6	112.177,8	4,1
Custo dos Serviços Prestados	(1.368.007,0)	(1.240.846,4)	(127.160,6)	10,2
Despesas operacionais e resultado financeiro	(1.030.741,2)	(900.636,2)	(130.105,0)	14,4
Tributos sobre o lucro	26.522,3	(145.712,7)	172.235,0	**(118,2)**
Resultado Líquido do Exercício	**486.849,5**	**459.702,4**	**27.147,2**	**5,9**

No exercício de 2019, o acréscimo do lucro em relação ao exercício de 2018 foi resultante do crescimento da receita operacional líquida e diminuição dos tributos vinculados a resultado.

33.4 – Custos e Despesas Operacionais

Desagregando-se os componentes do total dos custos e despesas, verifica-se aumento de 12,70%. O acréscimo constatado nos gastos operacionais deve-se principalmente ao movimento observado em resultado com ações judiciais; outras despesas/receitas; resultado com créditos a receber; gasto com pessoal e benefício e que, reunidos, impactaram o resultado em R$ 301,5 milhões.

Aumentos:

Gastos com pessoal:

1,55% resultante do aumento da remuneração, devido ao reconhecimento de participação no resultado de empregados e administradores. Dessa forma, ao considerar a inflação do período apurada em 4,31%, verifica-se queda real de 2,65%.

Resultado com Ações Judiciais

No que se refere ao resultado com ações judiciais, houve aumento de R$ 183,4 milhões, impactando negativamente o resultado em função da revisão dos valores referentes a provisões trabalhistas e depósitos judiciais.

Resultado com créditos a receber

A evolução do resultado com créditos a receber apresentou um crescimento considerável, impactando negativamente o resultado em R$ 45,3 milhões quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, em razão do aumento da inadimplência observado ao longo do exercício. Trata-se de faturas vencidas a mais de 365 dias reconhecidas como perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Outras despesas receitas

Em relação a outras receitas/despesas, o impacto negativo foi R$ 47,4 milhões, fato gerado pela reversão de provisão com gastos de pessoal realizado em 2018.

Reduções:

Manutenção,comunicação e locação

Despesas com manutenção (8,13%), serviços de comunicação (20,09%) e locação (15,26%), cujos impactos, em conjunto, alcançaram R$ 31,8 milhões. Essa redução se deve a revisão dos contratos com fornecedores ocasionando menor gasto para a Empresa.

33.5 – Composição dos gastos na DRE

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019			Dez/2018			AS	A%
	CSP	Despesa	Total	CSP	Despesa	Total		
Despesas de pessoal	(1.054.894,5)	(604.625,8)	(1.659.520,3)	(933.778,5)	**(700.440,0)**	(1.634.218,5)	25.301,8	1,5
Depreciação/ Amortização	(86.922,8)	**(28.275,2)**	(115.198,1)	(88.424,6)	**(34.325,6)**	(122.750,1)	(7.552,1)	(6,2)
Locação	(37.382,0)	**(14.997,7)**	(52.379,8)	(45.021,5)	**(16.793,2)**	(61.814,7)	(9.434,9)	(15,3)
Manutenção	(100.357,6)	**(41.256,3)**	(141.614,0)	(102.744,7)	**(51.393,3)**	(154.137,9)	(12.524,0)	(8,1)
Comunicação	(39.003,6)	**-**	(39.003,6)	(42.803,5)	**(6.006,9)**	(48.810,4)	(9.806,8)	(20,1)
Serviços profissionais	(59.281,4)	**(40.261,9)**	(99.543,3)	(44.748,0)	**(54.642,0)**	(99.389,9)	153,4	0,2
Serviços públicos	(17.311,6)	**(14.630,9)**	(31.942,4)	(15.159,0)	**(15.967,0)**	(31.126,0)	816,4	2,6
Créditos a receber	-	**(55.120,8)**	(55.120,8)	-	**(9.774,8)**	(9.774,8)	45.346,0	463,9
Créditos tributários	31.872,5	**-**	31.872,5	34.487,3	**-**	34.487,3	2.614,8	(7,6)
Despesas tributárias	(0,5)	**(5.564,5)**	(5.565,1)	(1,0)	**(4.333,6)**	(4.333,6)	1.231,4	28,4
Materiais	(434,9)	**(4.522,7)**	(4.957,6)	(126,8)	**(3.870,2)**	(3.997,0)	960,6	24,0
Outras despesas/ receitas	(4.290,4)	**(5.756,8)**	(10.047,3)	(2.526,2)	**39.864,9**	37.338,7	47.386,0	(126,9)
Judiciais	-	**(194.058,3)**	(194.058,3)	-	**(10.632,4)**	(10.632,4)	183.425,9	**1.725,2**
Total	**(1.368.007,0)**	**(1.009.070,8)**	**(2.377.077,9)**	**(1.240.846,4)**	**(868.314,0)**	**(2.109.159,4)**	**267.918,5**	**12,7**

33.6 – Resultado Financeiro

33.6.1 – Receita financeira

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Receitas financeiras	21.177,3	8.705,5	12.471,8	**143,3**

A variação de R$ 12,4 milhões decorre, principalmente, das aplicações financeiras no fundo extramercado (NE 6).

33.6.2 - Despesa financeira

Apresentamos quadro das despesas financeiras com o valor publicado em 2018:

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A %
Despesas Financeiras	(42.847,7)	(9.803,2)	(33.044,5)	**337,1**

A variação de R$ 33 milhões no grupo despesas financeiras se deve, principalmente, à reclassificação das medidas compensatórias no valor de 31,2 milhões que estavam classificadas no grupo outras deduções de vendas em 2018 e a partir do mês de setembro de 2019 foram transferidas para a conta descontos financeiros concedidos, no grupo despesas financeiras, sendo tratadas contábil, jurídico e tributariamente como descontos condicionais.

Segue quadro do grupo de despesas financeiras com a inclusão em 2018 dos valores referentes às medidas compensatórias para possibilitar a comparabilidade, conforme apresentamos na Demonstração do Resultado do Exercício.

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A %
Despesas Financeiras	(42.847,7)	(41.027,7)	(1.820,0)	**4,4**

Nota 34 - Participação nos lucros ou resultados

O saldo de R$ 29,6 milhões contempla os valores referentes a participação de administradores e empregados.

Em milhares de R$

Participação nos Lucros ou Resultados	Dez/2019
Participação corpo funcional	
(a) Total de dividendos distribuídos	115.626,7
(b) Percentual sobre dividendos acordo coletivo	25%
(c) Participação - Corpo Funcional	**28.906,7**
Participação dos administradores	
(d) Média da remuneração	246,29
(e) Multiplicador	3,0
(f) Participação - Administradores	738,9
(g) Total (c) + (f)	**29.645,5**

O cálculo da participação nos lucros e resultados (PLR) em 2019 para o corpo funcional foi estabelecido conforme acordo coletivo de trabalho- PPLR 2019 e aprovado pelo conselho de administração (assembleia geral ordinária). Quanto a participação dos administradores, foi elaborada, em atendimento ao disposto no Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, metodologia de Remuneração Variável Anual (RVA) (NE 38.2).

Cabe destacar que o valor a ser distribuído seguirá critérios definidos e aprovados nos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados - PPLR 2019 e Remuneração Variável de Administradores - RVA 2019.

Nota 35 – Destinação do Resultado e remuneração do acionista

Considerando o lucro de R$ 486,8 milhões e o disposto no Estatuto Social, a proposta de destinação do resultado, aprovada junto às demonstrações contábeis, foi elaborada da seguinte forma:

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
(a) Lucros Líquido do Exercício	486.849,5	459.702,3	27.147,2	5,9
(b) Absorção dos prejuízos (art.189)	-	(240.676,3)	-	-
(c) Participação estatutária (art.190)	-	-	-	-
(d) Base de cálculo da reserva legal (a)+(b)+(c) (art.191 e 193)	486.849,5	219.026,0	267.823,5	122,3
(e) Reserva legal = (d) x 5%	24.342,5	10.951,3	13.391,2	122,3
(f) Base de cálculo para dividendos = (d) - (e)	462.507,0	208.074,7	254.432,3	122,3
(g) JCP/ Dividendos	115.626,7	52.018,7	63.608,1	122,3
JCP (Base de Cálculo JCP x TJLP de 6,2025%)	76.167,5			

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
Dividendos complementares (g) - JCP	39.459,3			
(h) Reserva de retenção de lucros	346.880,2	156.056,0	190.824,2	122,3

Nos termos da Lei 9.249/1995, da IN RFB nº 1.700/2017 e do Estatuto Social, o valor dos juros pagos ou creditados pelo Serpro, a título de remuneração do capital próprio, foi imputado ao valor dos dividendos até o limite da TJLP, neste caso R$ 76, 2 milhões . Tal procedimento, significou ao Serpro uma economia tributária de R$ 17, 8 milhões.

No que se refere aos dividendos complementares, foi apurada a diferença entre os 25% do Lucro Líquido (como prevê o estatuto social), depois de ajustado pela Reserva Legal, e o patrimônio líquido somado das reservas de lucros sobre o percentual acumulado da TJLP (6,20%) no ano de 2019. O cálculo detalhado segue abaixo.

35.1 - Demonstração do cálculo de JCP/Dividendos

Em milhares de R$

Descrição	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
(a) Capital social	1.061.004,8	1.061.004,8	-	-
(b) Prejuízos acumulados	-	(186.616,4)	186.616,4	-
(c) Reserva de lucros	167.007,3	-	-	-
(d) Base de Cálculo do JCP (a) + (b) + (c)	1.228.012,2	874.388,4	353.623,8	40,4
(e) TJLP	6,20%	6,72%		-0,52%
(f) Juros sobre capital próprio (JSCP) = (d) x (e)	76.167,5	58.780,8	17.386,7	29,6
Limites (maior entre i e ii)				
i) 50% Lucro líquido antes do JSCP (após CSLL)	256.160,8	262.453,9	(6.293,1)	(2,4)
ii) 50% Lucros acumulados e reservas de lucros (inicial) = (c) x 0,5	83.503,7	-	83.503,7	-
(g) Dividendo mínimo obrigatório (25% do lucro líquido)	115.626,7	52.018,7	63.608,0	122,3
(h) Dividendos complementares (g) - (f)	39.459,3		-	-

Nota 36 – Benefícios a empregados

36.1 – Plano de previdência complementar

O Serpro oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), Serpros Fundo Multipatrocinado, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado.

O Plano PS-I, estruturado como Benefício Definido (BD), encontra-se saldado desde 01.04.2013, embora o risco não esteja eliminado. Em dezembro de 2019, contava com 1.957 participantes ativos e 3.961 participantes assistidos e pensionistas.

O Plano PS-I, em dezembro de 2019, contava com patrimônio social de R$ 2,4 bilhões, entretanto ainda evidenciando um equilíbrio técnico deficitário de R$ 158,5 milhões.

O Plano disponibiliza os seguintes benefícios:

i. Participantes: suplementação de aposentadorias por idade; por tempo de contribuição; especial; aos ex-combatentes; assim como suplementação de aposentadoria por invalidez; de auxílio-doença e abono anual;

ii. Beneficiários: suplementação de pensão e de auxílio-reclusão; pecúlio por morte e suplementação do abono anual.

O Plano Serpro PS-II, estruturado na modalidade de plano de Contribuição Variável (CV), encontra-se aberto para novas adesões. Na fase de acumulação tem características de Contribuição Definida (CD) e para os benefícios programados, na fase pós concessão, bem como nos benefícios de risco, nos casos de morte e invalidez, possui características de Benefício Definido (BD).

Em dezembro de 2019, o PS-II contava com 5.493 participantes ativos, incluídos os migrados e 719 participantes assistidos e pensionistas. O Plano PS-II (CD Ativos) contava com patrimônio social de R$ 2,3 bilhões e o PS-II (BD Assistidos) com R$ 1,5 bilhão e respectivo equilíbrio técnico superavitário acumulado de R$ 278,2 milhões, conforme resultados da Avaliação Atuarial, no encerramento do exercício de 2019, elaborados pela consultoria atuarial contratada pela EFPC.

Em 2019, o Serpro contratou a Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda. (Consultoria Atuarial) para emissão de Parecer Atuarial e Contábil em cumprimento a Resolução CFC nº 1.425/13 e NBC TG 33 (R2), cujas conclusões, consubstanciadas em informações atuariais, contábeis e financeiras da EFPC, constam dos subitens a seguir:

36.1.1 – Parecer atuarial e contábil (PS-I e PS-II)

O passivo atuarial líquido (déficit) do plano de Benefício Definido, PS-I, foi mensurado em R$ 1.048,5 milhões (R$ 539,4 milhões em 2018), com reflexos negativos em Outros Resultados Abrangentes (ORA).

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial realizado pelo patrocinador. Esse valor não se confunde com o déficit apurado pela EFPC no Plano PS-I, supracitado, neste caso, havendo resultado negativo na EFPC, a legislação determina o equacionamento, segundo regras próprias.

O quadro a seguir representa a mensuração do Passivo Atuarial Líquido do PS-I em decorrência dos seguintes eventos significativos durante o último mês do exercício de 2019:

Quadro de movimentação do Passivo - PS-I

Em milhares de R$

Itens da movimentação do Passivo /Ativo	a-Dez/2019 (Cálculo Final)	b-Dez/2019 (Roll Forward)	c- Dez/2018	AS (d =a - c)	A% (e = a /c)
a) Valor líquido do (Passivo) / Ativo no início do exercício	(539.369,0)	(539.369,0)	(509.127,8)	(30.241,2)	5,9
b) Custo da obrigação de benefício definido incluído o resultado do exercício	(49.551,5)	(49.551,5)	(31.756,7)	(17.794,8)	56,0
c) Redimensionamento da obrigação incluído em ORA	(480.085,2)	(283.328,2)	(18.106,7)	(461.978,5)	2.551,4
d) (-) Contribuições do patrocinador	20.505,3	20.505,3	19.622,3	883,0	4,5
e) Valor líquido do (passivo) / Ativo no final do exercício	(1.048.500,4)	(851.743,4)	(539.369,0)	(509.131,4)	94,4

Em vista do curto prazo para disponibilização das informações, definiu-se em conjunto com a empresa responsável pela auditoria externa independente de nossos balanços, que para o exercício de 2019 seria utilizada, para a apuração dos valores da obrigação atuarial, a metodologia denominada "Roll Forward", que consiste na adoção da mesma base de dados utilizada na Avaliação Atuarial de 2018, sendo as variáveis monetárias, tais como ativos investidos, salários, benefícios, dentre outros, reposicionadas financeiramente para 31/12/2019.

Considerando-se as mudanças ocorridas no presente exercício, com a utilização de uma nova base de dados cadastrais do PS-I corrigidos e nova estimativa para o BPA – Benefício Proporcional Acumulado, evidenciando que a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder estava subdimensionada, a contratada realizou uma nova avaliação atuarial e revisão dos resultados encontrados.

Além disso, será reconhecido como custo da obrigação de benefício definido, no resultado de 2020 o valor de R$ 45,7 milhões. Este custo é estimado pela consultoria atuarial, com base no método atuarial Crédito Unitário Projetado (NE 4.9.1.2), e impacta o resultado do próximo exercício, em atendimento à competência contábil.

O PS-II demonstrou um superávit de R$ 428,7 milhões, composto somente por assistidos. Considerando-se a regra do teto de ativo (asset ceiling), por não deter o controle do recurso e o fato dos benefícios econômicos futuros não estarem à sua disposição, esse superávit não deve ser reconhecido no balanço do patrocinador.

36.1.2 – Premissas técnicas

As hipóteses atuariais, biométricas e econômico-financeiras aplicadas na reavaliação atuarial foram objeto de estudos preliminares e de verificação de consistência pela consultoria atuarial contratada pela EFPC, e utilizadas pela Mercer que os dados em que se baseiam as avaliações são suficientes e confiáveis para elaboração do Parecer Atuarial e Contábil (PAC). As informações geradas pela Mercer, no PAC, tomaram por base o cadastro dos participantes (ativos e assistidos) em setembro de 2019, já devidamente corrigidos, e os demonstrativos (financeiros, contábeis e atuariais) projetados até dezembro 2019.

Premissas biométricas e financeiras	Plano PS - I	Plano PS - II
Duration calculada	11,15 anos	12,17 anos
Taxa de desconto	3,32% ao ano	3,42% ao ano
Rotatividade	Nula (participantes c/ direito adquirido)	1,0% para todas as idades ate 65 anos
Projeção de Crescimento Real de Salário	N/A	2,52% ao ano
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupal americana, desagravada em 50%	Grupal americana, desagravada em 50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Fator de capacidade para benefícios e salários	98,20%	98,20%
Composição familiar	Participantes ativos 90% casados; Cônjuge Feminino - 3 anos mais jovem com 1,5 filhos.	Participantes ativos 90% casados; Cônjuge Feminino - 3 anos mais jovem com 1,5 filhos.
Idade mínima para aposentadoria	55 anos	55 anos
Inflação projetada em 2019 Boletim Focus (BACEN)	3,68% ao ano	3,68% ao ano
Rentabilidade esperada para os ativos financeiros	13,99% no ano	11,40% (BD participantes assistidos) e 13,07% (CD ativos) ao ano

36.2 – Distribuição de Superávit PS-II (2015 a 2017)

O PS-II apresentou, em 2017, pelo terceiro exercício consecutivo Reserva Especial para revisão do Plano. De acordo com o Art. 21 da Resolução CNPC nº 30/2018 complementarmente com o Art. 22 da Instrução Previc nº 10/2018 a revisão do plano de benefícios torna-se obrigatória após o decurso de três exercícios.

O Plano de Destinação do Fundo Especial para a Revisão do PS-II foi submetido e aprovado pela EFPC/Serpros, em todas as instâncias estatutárias.

No Patrocinador o processo foi aprovado na 37ª RO da Diretoria Executiva do Serpro, de 11/09/19, pelo Conselho de Administração aprovado em 24/09/2019 e aprovação da SEST em 18/12/19.

A proposta de destinação do superávit do PS-II tem a expectativa de duração de 36 meses (contados a partir de dezembro/2019).

A destinação do superávit no patrocinador foi refletida em suas demonstrações contábeis da seguinte forma:

i) O valor de R$ 61, 7 milhões com seus respectivos efeitos tributários foi reconhecido diretamente no resultado. O efeito financeiro se dará pelo menor desembolso das contribuições devidas pelo patrocinador, tendo em vista que a proposta prevê a redução /abatimento das contribuições futuras; e

ii) O efeito econômico líquido aproximado é de R$ 40,7 milhões, considerado o percentual de 34% como alíquota tributária. Este efeito deverá ser excluído na apuração do lucro ajustado pelo reconhecimento contábil no período de competência em que ocorrer, e adicionado pela efetiva realização, conforme a IN 1700/17 da RFB e novo RIR.

36.3 – Programa de assistência à saúde: PAS/Serpro - NBC TG 33 (R2)

O Programa de Assistência à Saúde do Serpro – PAS/Serpro é um plano de saúde instituído na modalidade de autogestão em recursos humanos, oferecido aos empregados e seus dependentes. Em 31 de dezembro de 2019 o PAS contava com 24.145 beneficiários divididos em dois grupos, a saber:

Grupo I – empregados ativos, bem como seus dependentes.

Grupo II – empregados inativos, bem como seus dependentes, e agregados.

As despesas relacionadas aos benefícios de curto prazo são reconhecidas, à medida de sua ocorrência, no exercício a que se relacionam.

Em 31/12/2019 as premissas atuariais e financeiras para a determinação do valor presente das obrigações atuariais e cálculo da despesa/receita para o exercício subsequente são:

Programa de assistência à saúde: PAS/Serpro – NBC TG 33 (R2)

Premissas	Taxas reais em Dez/2019
Taxa de Desconto	3,31% a.a
Duration do Plano	11,02 anos
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,68% a.a.
Inflação Médica - Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	3,25% a.a.
Fator de Idade - Aging factor (para evolução do Custo)	de 0 a 24 anos = 1,50% a.a.
	de 25 a 54 anos = 2,50% a.a.
	de 55 a 79 anos = 4,50% a.a.
	a partir de 80anos = 5,50%a.a.
Fator de Idade - Aging factor (Médio ponderado para evolução da Contribuição)	3,34% a.a.
Custos Médicos (Claim Cost - 35 anos)	Grupo I = R$ 456,28
	Grupo II = R$ 489,89
	Liminar = R$ 357,53
Tábua de mortalidade	AT-2000 M&F, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo
Rotatividade	1% até 47 anos e 0% após
Entrada em aposentadoria	61 anos
	Ativos: 90% casados;
Composição familiar	Cônjuge do sexo feminino: 3 anos mais jovem;
	1,5 filhos
Permanência no plano médico	73,12%
Evolução do custo	Inflação + HCCTR + Aging Factor
Evolução do prêmio	Inflação + HCCTR + Aging Factor ponderado

O passivo atuarial líquido (déficit) do PAS/Serpro foi mensurado em 2019 com base no uso do método atuarial do Crédito Unitário Projetado (CUP) requerido pela norma contábil adotada no montante de R$ 164,1 milhões (sendo, em 2018, R$ 168,9 milhões).

O reconhecimento refere-se, exclusivamente, ao estudo atuarial, com os regramentos contábeis realizado pelo empregador. O valor não se confunde com os estudos atuariais realizados por outra consultoria para sustentabilidade e reajuste das mensalidades dos beneficiários do PAS/Serpro.

Além disso, será reconhecido como custo da obrigação de benefício (despesas projetadas), no resultado de 2020, o valor de R$ 8,8 milhões. Este custo é estimado pela consultoria atuarial e impacta o resultado do próximo exercício, em atendimento à competência contábil.

Quadro de movimentação do PAS/ Serpro

Em milhares de R$

Itens da movimentação do Passivo /Ativo	Dez/2019	Dez/2018	AS	A%
a) Valor líquido do (Passivo) / Ativo no início do exercício	(168.901,2)	-	(168.901,2)	-
b) Custo da obrigação de benefício definido incluído o resultado do exercício	(13.713,8)	-	(13.713,8)	-
c) Redimensionamento da obrigação incluído em ORA	(8.366,1)	(168.901,2)	160.535,1	(95,0)
d) (-) Contribuições do patrocinador	26.936,0	-	26.936,0	-
e) Valor líquido do (passivo) / Ativo no final do exercício	(164.045,1)	(168.901,2)	4.856,1	(2,9)

36.4 – Programa de Auxílio Alimentação

O benefício auxílio alimentação é regido pelo Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, Lei nº 6.321/1976 e cláusula 64ª do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT vigente. É concedido mensalmente aos empregados e dirigentes, na modalidade cartão eletrônico.

Para os empregados, no ACT 2019/2020, foi fixado o valor mensal de R$ 950,64 a partir de Maio de 2019. Para os dirigentes, o valor mensal pago é de R$ 778,03 desde abril/2019, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

36.5 – Plano odontológico

O PAS-odonto/Serpro é um benefício oferecido aos empregados e familiares. O programa é custeado pelo Serpro e pelos empregados.

Nota 37 – Seguros

A Empresa contrata seguros para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil e vida em grupo, conforme a natureza da atividade e características dos riscos envolvidos, cujos valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em R$

Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada
Bens Patrimoniais Móveis, Imóveis e Bens do segurado em locais de terceiros	Incêndio, Danos Elétricos, Vendaval, Desmoronamento, Vazamento de Sprinklers, Quebra de Vidros, Alagamento e Inundação, Quebra de máquinas	963.901,2
Vida em grupo	Morte qualquer causa, Indenização especial de morte por acidente, Invalidez permanente total ou parcial por acidente (IPA) 100%	16,0 por vida
Serviços de cobertura de seguro de responsabilidade civil dos Membros do Conselho de Administração, os Membros do Conselho Fiscal, os Membros da Diretoria e os Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO	Seguro de responsabilidade civil dos Membros do Conselho de Administração, os Membros do Conselho Fiscal, os Membros da Diretoria e os Superintendentes responsáveis pelas atividades do SERPRO , obrigando-se a CONTRATADA a prestá-los nas condições estabelecidas, consoante Edital nº1704-2017	Limite Máximo R$ 30.000.000.00 (trinta milhões de reais)

Nota 38 – Partes relacionadas

38.1 – Remuneração de empregados

A política salarial do Serpro contempla remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, variando entre R$ 1.592,99 e R$ 42.271,42. A média salarial para esses cargos é de R$ 9.139,87. Esta amplitude na maior remuneração refere-se a incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R$ 5.287,17 e R$ 37.685,20 e média de R$ 16.546,84.

38.2 – Remuneração de dirigentes

Nos casos de cargos diretivos, a maior remuneração foi de R$ 39.217,59, sendo a menor de R$ 34.511,49 e a média de R$ 35.183,79 (Resolução CGPAR nº3).

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos ao adicional de férias, o que representa R$ 3.811,58. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria representa R$ 5.203,50, sem direito ao recebimento de férias ou 13º salário.

Em atendimento ao disposto no §5º do Art. 37 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, e conforme orientações da SEST encaminhadas no Ofício Circular nº 297/2018-MP, o Serpro elaborou metodologia de remuneração variável anual (RVA) dos diretores e encaminhou proposta de RVA 2019 à SEST, que foi aprovada com efeito financeiro no exercício de 2020.

38.3 – Transações Comerciais

Conforme prevê os artigos 3º e 4º do Estatuto Social, o objeto social do Serpro está relacionado à prestação de serviços de tecnologia da informação ao Governo Federal, e entre suas finalidades consta a de atender prioritariamente aos órgãos do Ministério da Economia e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Assim, os clientes do Governo Federal são considerados partes relacionadas. No quadro abaixo constam a Receita Federal (RFB), no papel de principal cliente vinculado ao mesmo ministério supervisor, seguida pelos clientes que possuem membros em órgãos estatutários do Serpro, que consequentemente tem potencial de influência na tomada de decisão da Empresa. Os demais clientes do Governo Federal são agregados em "Demais OGU".

38.4 – Entidade Fechada de Previdência Complementar

É considerada como parte relacionada a EFPC Serpros Fundo Multipatrocinado que embora seja constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado, administra os planos previdenciários dos empregados e ex-empregados do Serpro. Dessa forma é considerada parte relacionada do Serpro, tendo em vista que o Estatuto da EFPC prevê a participação dos empregados como participantes e a indicação de conselheiros e dirigentes por parte da patrocinadora.

Em milhares de R$

Clientes	Faturamento	A receber (circulante)	PECLD (circulante)	Avaliação de Direito	PECLD (não circulante)
RFB	1.718,8	167,2	(22,8)	243,3	(243,3)
MPDG	314,5	70,4	(5,7)	8,7	(8,7)
STN	231,5	-	-	-	-
PGFN	191,8	27,7	(21,3)	7,7	(7,7)0)
SA/MF	62,7	4,1	(0,3)	0,3	(0,3)
Demais OGU	486,8	142,1	(23,6)	4,5	(4,5)
Demais Clientes	409,4	66,2	(11,1))	1,6	(1,6)
Total	**3.415,4**	**477,6**	**(84,8)**	**266,1**	**(266,1)**

Nota 39 - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Foi constatado que a adequação do Serpro no cumprimento da Lei, que entrará em vigor em de agosto 2020, não afeta o reconhecimento, a mensuração ou a evidenciação de ativos, passivos, despesas e receitas. A adequação trata-se de uma reorganização e da reclassificação, principalmente, dos esquemas e metadados sensíveis (em relação aos dados pessoais) constantes das bases de dados. Dessa forma, entende-se que não há impactos na contabilidade, nem em provisões e tampouco impactos em ativos ou passivos contingentes.

Caio Mario Paes de Andrade
Diretor-Presidente

Antônio de Pádua Ferreira Passos
Diretor de Administração

André de Cesero
Diretor de Relacionamento com Clientes

Gileno Gurjao Barreto
Diretora Jurídica e de Governança e Gestão

Antonino dos Santos Guerra Neto
Diretor de Operações

Wilson Biancard Coury
Diretor de Desenvolvimento Humano

Ricardo Cezar de Moura Jucá
Diretor de Desenvolvimento

Maria Helena da Silva Rodrigues
Contadora
CRC- RJ 092156/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2019

Aos
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
EMPRESA PÚBLICA FEDERAL INDEPENDENTE DO OGU
SGAN Quadra 601 – Módulo V – CEP.: 70.836-900 - Brasília/DF
CNPJ.: 33.683.111/0001-07 - Site: www.serpro.gov.br

Prezados Senhores,

I – INTRODUÇÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO, ("EMPRESA") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

II – OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

III – BASE PARA OPINIÃO SEM RESSALVA

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

IV – PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

i) Planos de benefícios pós emprego (Nota 36 das demonstrações contábeis)

O SERPRO oferece aos seus empregados a possibilidade de inscrição em um plano de previdência complementar. Os planos são administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), Serpros Fundo Multipatrocinado, concedidos a colaboradores e ex-colaboradores, que envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, crescimento dos custos médicos, taxa de permanência e de mortalidade.

Alterações nas premissas utilizadas ou diferenças entre tais premissas e os dados reais apurados podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido, impactos esses que apenas serão conhecidos por ocasião do encerramento de suas demonstrações contábeis, que ocorre em data posterior ao encerramento das demonstrações contábeis do SERPRO, consequentemente, podendo causar significativas alterações em aludidas demonstrações sob nosso exame.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de mercado.

Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Solicitamos e recebemos dos auditores independentes do Serpros uma "carta de conforto" em relação ao andamento e perspectivas de seu RAI conter ou não uma opinião modificada cujo efeito possa trazer consequências diretas no patrocinador.

ii) Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa 30, o SERPRO é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2019, analise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos do SERPRO, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a ser consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Empresa está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 30, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

V – RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do SERPRO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o SERPRO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SERPRO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VI – RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SERPRO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SERPRO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

VII – OUTROS ASSUNTOS – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do SERPRO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

VIII – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

IX – AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores independentes, cujo relatório emitido em 22 de fevereiro de 2019, sem modificação de opinião.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2020

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O"S"DF

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"DF
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"DF
CNAI 4850

Extrato

Proposta da Administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício de 2019 e a constituição da reserva de retenção de lucros

Pelo presente instrumento, a Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) submete à Assembleia Geral a seguinte destinação do lucro líquido do exercício social de 2019, nos termos do art. 192 a 205 da lei nº 6404/76 e art. 36 de seu Estatuto Social:

	Dez/2019
(a) Lucros Líquido do Exercício	486.849,5
(b) Absorção dos prejuízos	-
(c) Participação estatutária	-
(d) Base de cálculo da reserva legal (a)+(b)+(c)	486.849,5
(e) Reserva Legal = (d) x 5%	24.342,5
(f) Base de cálculo para dividendos = (d) - (e)	462.507,0
(g) JCP/ Dividendos	115.626,7
JCP	76.167,5
Dividendos complementares (g) - JCP	39.459,3
(h) Reserva de retenção de lucros	**346.880,2**

A proposta de constituição de reserva de retenção de lucros, nos termos do art. 196 da lei nº 6.404/1976, art. 36 do Estatuto Social e Política de Dividendos da Empresa, com base no orçamento de capital, visa atender às necessidades de investimentos e assim atingir o propósito de transformação digital definidos no Planejamento Estratégico, na busca pelo reposicionamento de mercado, manutenção dos níveis de serviços, segurança e sustentabilidade da Empresa.

CONSELHO FISCAL

Parecer CF-01/2020

Assuntos: Demonstrações Contábeis, Destinação de Resultados e Relatório de Administração

O Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, nos termos das disposições legais e estatutárias, conferidas pelos incisos II, III e VII do Artigo nº 163, da Lei nº 6.404/1976, e inciso II do artigo nº 26, do Estatuto Social do SERPRO, procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta de Destinação do Resultado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Considerando que o Relatório da Administração foi elaborado com a participação das áreas que compõem a Diretoria Executiva, com o objetivo de fundamentar e divulgar as principais realizações, além dos resultados operacionais e financeiros, e que o Parecer da Auditoria Independente registrou não ter identificado distorções entre este, as demonstrações contábeis e as notas explicativas;

Considerando que o Comitê de Auditoria do Serpro, em seu parecer COAUD 01/2020, datado de 9 de março de 2020 não encontrou nenhum indício ou evidência de que as Demonstrações Contábeis não representem adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do Serpro em 31 de dezembro de 2019, e os resultados de suas operações para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

Considerando que o Parecer da Auditoria Interna Sobre os Controles Internos das Demonstrações Financeiras, datado de 13 de março de 2020, conclui que os controles internos examinados são razoáveis para o alcance da confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações visando o preparo das demonstrações financeiras do exercício de 2019, apesar das ênfases e recomendações, notadamente sobre riscos não mapeados em relação à lacuna de governança para montantes representativos que impactam a contabilidade; à inconsistência nas conciliações contábeis; ao não reconhecimento da imunidade tributária; à falta de reajuste dos preços dos serviços em virtude da imunidade tributária e às retenções indevidas de ISSQN pelos clientes, endossadas também por este colegiado;

Considerando o parecer da Auditoria Independente Audimec - Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, datado de 28 de fevereiro de 2020, certificando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SERPRO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

Considerando que a Proposta para Destinação do Resultado do Exercício Social de 2019 atende às previsões legais e estatutárias;

Considerando que a constituição de Reserva de Retenção de Lucros está devidamente fundamentada em Orçamento de Capital com justificativa técnica para retenção;

Considerando a 1a. Reunião Conjunta entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, em 18 de março de 2020 e a aprovação do Conselho de Administração dos referidos assuntos para encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de abril de 2020;

O Conselho Fiscal entende que o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Resultado, contemplando o Orçamento de Capital com justificativa técnica, encontram-se em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de abril de 2020, na forma do inciso I, do artigo 9º do Estatuto Social.

Brasília, 18 de março de 2020.

FERNANDO PEDROSA LOPES
Presidente do Conselho Fiscal

WAGNER LENHART
Conselheiro Fiscal

RODRIGO REBOUÇAS MARCONDES
Conselheiro Fiscal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER CA – 01/2020

Assunto: Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, Destinação do Resultado e Reserva de Retenção de Lucro – Exercício de 2019

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, no uso das atribuições que lhe confere os incisos VII, XIII, XIV, XX e XXXIV, do Art. 17, do Estatuto Social do Serpro, e

Considerando que o Relatório da Administração 2019 atende o disposto no art. 133, da Lei nº 6.404/1976 e abarca os temas relacionados aos negócios e às principais realizações administrativas do exercício findo, além dos resultados operacionais e financeiros, e que não foram identificadas distorções entre este, as demonstrações contábeis e as notas explicativas pela Auditoria Independente;

Considerando que o Parecer da Auditoria Interna sobre os Controles Internos das Demonstrações Contábeis, datado de 18 de março de 2020, conclui que os controles internos examinados estão adequados, tendo em vista que não foram identificados achados relevantes que possam afetar as Demonstrações Contábeis do encerramento do exercício de 2019;

Considerando que o Parecer da Audimec – Auditores Independentes S/S, sem ressalvas, assinado em 28 de fevereiro de 2020, certifica que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Serpro, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

Considerando que o Parecer 01/2020 do Comitê de Auditoria – COAUD, datado de 09 de março de 2020, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das respectivas Demonstrações Contábeis, na forma como elaboradas e aprovadas pela Diretoria Executiva;

Considerando que a proposta para a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2019 atende às previsões legais, estatutárias e Política de Dividendos da Empresa; e

Considerando que a constituição de Reserva de Retenção de Lucro está devidamente fundamentada em Orçamento de Capital com justificativa técnica para retenção,

Manifesta-se favoravelmente ao Relatório da Administração de 2019, às Demonstrações Contábeis da Empresa, pertinentes ao Exercício Social iniciado em 1º de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2019, à Destinação do Resultado do Exercício e à aprovação do Orçamento de Capital como justificativa técnica para constituição da Reserva de Retenção de Lucro, bem como ao envio para aprovação da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 23 de abril de 2020.

Brasília, 18 de março de 2020

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
Presidente do Conselho

CRISTIANO ROCHA HECKERT
Conselheiro

NINA MARIA ARCELA
Conselheira

IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI
Conselheira

ANDRÉ DOS SANTOS GIANINI
Conselheiro

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 23 DE MARÇO DE 2020

Processo nº: 71010.001570/2003-05
Interessada: Comunidade Missionária de Villarégia.
Assunto: Representação Administrativa. Cebas.

Decisão: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01317/2019/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 11 de setembro de 2019, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, não conheço do recurso interposto pela entidade, por ser intempestivo, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria nº 745, de 6 de outubro de 2011, da Secretaria de Educação Básica, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de outubro de 2011, que cancelou os certificados de entidades beneficentes de assistência social emitidos no âmbito dos Processos nº 44006.001635/1997-09 e nº 44006.002176/2002-91.

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro

DESPACHO DE 23 DE MARÇO DE 2020

Processo nº: 23123.005698/2019-87.
Interessado: Corregedoria do Ministério da Educação.
Assunto: Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar acumulação de aposentadorias.

DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 00224/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acolho as conclusões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar em seu Relatório Final e do Despacho nº 68/2020, da Corregedoria MEC, e determino o arquivamento do feito, ante o falecimento da acusada, e, consequentemente, a extinção de sua punibilidade, nos termos do caput do art. 168 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro

DESPACHO DE 23 DE MARÇO DE 2020

Processo nº: 23123.008668/2019-22
Interessado: Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar. Pedido de Reconsideração de Decisão Ministerial.

DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 00088/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica deste Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, acolho parcialmente o pedido de reconsideração nº 00001/2019/CHEFIA/PFFURG/PGF/AGU interposto pela Procuradoria da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, mantenho os incisos I, II, III, IV e VI e suspendo apenas parte do inciso V da Decisão Ministerial de julgamento prolatada no Processo Disciplinar nº 23000.012497/2016-80.

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 1.182, DE 17 DE MARÇO DE 2020

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO, nomeado nos termos do Decreto Presidencial de 02 de setembro de 2016, publicado no DOU de 05 de setembro de 2016, no uso de suas atribuições legais; e,

considerando o que consta no Artigo 12 da Portaria nº 450 de 06.11.2002 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 07.02.2002; e, considerando o Edital de Inscrição nº 21/2008, publicada no DOU de 08.07.2008, o que dispõe o Inciso III, Artigo 37 da CF/88 associado com o Art. 12 da Lei nº 8.112/90, e a solicitação constante no Processo nº 23249.009725/2020-16, resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano a validade do Concurso Público para o Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico efetivado por este IFMA, conforme quadro em anexo.

FRANCISCO ROBERTO BRANDÃO FERREIRA

Edital de Homologação	Validade	Prorrogação Validade
Edital nº 01/89, de 02/04/2019, publicado no DOU de 05/04/2019 - Concurso Público para o Cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.	01 ano de 05/04/2019 a 05/04/2020.	01 ano, até 06/04/2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 699, DE 19 DE MARÇO DE 2020

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Presidencial de 11.04.2017, publicado no D.O.U de 12.04.2017,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, bem como o Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal n. 10.212, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando que a Organização Mundial de Saúde declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação do novo coronavírus, causador da doença denominada COVID-19, caracteriza pandemia;

Considerando a Instrução Normativa n. 19, de 12 de março de 2020, expedida pelo Ministério da Economia, relacionada as medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional;

Considerando a Nota n. 02, de 16 de março de 2020, do Comitê de Medidas Preventivas e Orientações sobre COVID-19 no âmbito do IFMT, na qual foi decidido pela suspensão das atividades presenciais e do calendário acadêmico a partir de 17/03/2020 até 11/04/2020;

Considerando o encerramento do mandato dos Conselheiros designados pela Portaria n. 683/2018;